



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Danielle da Silva Leal


**Escrevivência diaspórica feminina negra em *O Crime do Cais do Valongo* de  
Eliana Alves Cruz**

Rio de Janeiro

2020

Danielle da Silva Leal

**Escrevivência diaspórica feminina negra em *O Crime do Cais do Valongo* de Eliana  
Alves Cruz**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C957

Leal, Danielle da Silva.

Escrevivência diaspórica feminina negra em O crime do Cais do Valongo de Eliana Alves Cruz / Danielle da Silva Leal. - 2020. 69 f.: il.

Orientador: Henrique Marques Samyn.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Cruz, Eliana Alves S. (Eliana Alves dos Santos), 1966- - Crítica e interpretação - Teses. 2. Cruz, Eliana Alves S. (Eliana Alves dos Santos), 1966-. O crime do Cais do Valongo – Teses. 3. Negras na literatura - Teses. 4. Mulheres e literatura – Teses. 5. Diáspora africana – Teses. 6. Literatura e história – Teses. 7. Valongo, Cais do (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. I. Samyn, Henrique Marques, 1980-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Danielle da Silva Leal

**Escrevivência diaspórica feminina negra em *O Crime do Cais do Valongo* de Eliana  
Alves Cruz**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 10 de setembro de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Andrade Salgueiro  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Selma Maria da Silva  
Fundação de Apoio à Escola Técnica

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

### **Dedicado**

À Silea Leal (in Memoriam), minha mãe, este título é também é seu! De onde estiver, sei que estará olhando por mim.

A Sérgio Leal, meu pai, título que também é seu e agora tem uma filha Mestra!

A Fabrício Leal, meu irmão, que sempre está comigo em todas os momentos e que está presente em mais uma conquista.

À querida professora Ana Cristina dos Santos (in Memoriam) por ter aceitado esta pesquisa, por toda a dedicação e inspiração por sua luta. Você faz muita falta!

A Henrique Marques Samyn, meu orientador e companheiro de luta. Sigamos juntos!

A Vinicius Fraga, meu marido, agradeço pelo amor e por acreditar em mim sempre.

## AGRADECIMENTOS

A minha falecida mãe pelo apoio e inspiração ao acreditar na minha determinação e decisão por seguir a carreira do magistério.

A minha família, meu pai e meu irmão, pessoas as quais sempre pude contar com o apoio nessa jornada acadêmica e profissional. Pela compreensão, paciência e por acreditarem em mim desde a minha formação até aqui.

Ao meu companheiro, marido e amigo Vinicius Fraga que sempre me dá força para seguir com meus projetos em busca dos meus sonhos. Agradeço pela paciência em diversos momentos, pelo interesse na minha pesquisa e por me mostrar que não posso desistir dos meus sonhos e que posso sempre contar com sua parceria e amor.

A minha querida professora e então orientadora, professora Dra. Ana Cristina dos Santos, que ensinou muito sobre literatura contemporânea e sobre a vida. Uma mulher que lutou muito, principalmente no seu último ano de vida, que sempre mostrou paixão pelo magistério e que me cativou desde o primeiro dia de aula. Que sua inspiração e apoio estejam sempre vivos comigo!

Ao meu orientador, Dr. Henrique Samyn, por ter acolhido em um momento difícil. Pelos ensinamentos, dedicação no andamento do curso, contribuições muito valiosas e paciência com meus dias de ansiedade.

Às professoras e professores que tive ao longo do curso de Mestrado, em especial à Maria Aparecida Andrade Salgueiro, que me apresentou o romance analisado nesta pesquisa e que em muito contribuiu para a conclusão da mesma.

À professora Selma Maria, por aceitar participar da banca de avaliação deste trabalho, assim como por suas contribuições valiosas para o encaminhamento da pesquisa desde a qualificação até a defesa.

Aos meus amigos feitos na pós-graduação, pelos momentos compartilhados, pelo apoio e amizade nesses anos de curso, em especial à Fabiana Lapa, amiga de especialização que esteve comigo em todos os momentos, sendo uma amiga maravilhosa.

Aos meus amigos de vida, pelo apoio, compreensão e paciência para que este trabalho pudesse ser desenvolvido, em especial a Felipe Lima, pelos ensinamentos, encorajamento e disponibilidade em ouvir minhas dúvidas e angústias tão necessários para este trabalho, sendo um amigo incrível para todos os momentos.

## **Vozes-Mulheres**

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela

A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

(...)

O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.

*Conceição Evaristo*

## RESUMO

LEAL, Danielle da Silva. **Escrevivência diaspórica feminina negra em O crime do Cais do Valongo de Eliana Alves Cruz**. 2020. 69 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem como base para análise o romance *O Crime do Cais do Valongo* (2018) de Eliana Alves Cruz, propondo uma apresentação acerca da obra e seu contexto histórico, permeada por questões teóricas como o processo de construção do negro em diáspora africana, a exibição do corpo negro e o cruzamento entre literatura e história nessa narrativa centrada na figura feminina escravizada Muana. A voz feminina negra que conta sua própria trajetória é centro das discussões apresentadas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Diáspora Africana. Voz feminina negra. Escrita de autoria feminina negra.  
Cais do Valongo.



## ABSTRACT

LEAL, Danielle da Silva. **Black female diasporic writing in O crime do Cais do Valongo by Eliana Alves Cruz.** 2020. 69 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present work is based on the analysis of the novel *O Crime do Cais do Valongo* (2018) by Eliana Alves Cruz, proposing a presentation about the work and its historical context, permeated by theoretical issues such as the process of building blacks in the African diaspora, the exhibition of the black body and the crossing between literature and history in this narrative centered on the enslaved female figure Muana. The black female voice that tells its own trajectory is the center of the discussions presented in this research.

Keywords: African diaspora. Black female voice. Black female writing. Valongo Pier.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Sítio Arqueológico do Valongo .....	47
Foto 2 -	Sítio Arqueológico do Valongo (detalhes) .....	47
Foto 3 -	Cais do Valongo .....	48
Foto 4 -	Objetos encontrados na região do Cais do Valongo .....	49
Figura 1 –	Mapa do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana ....	54
Figura 2 –	Mapa da Pequena África .....	55
Foto 5 -	Jardim Suspenso do Valongo .....	57
Foto 6 -	Pedra do Sal .....	57
Foto 7 -	Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos .....	58

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>A DIÁSPORA AFRICANA E A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA NOS CORPOS EXPATRIADOS</b> .....	21
1.1	<b>A diáspora africana</b> .....	21
1.2	<b>Identidade, cultura e memória no sujeito diaspórico</b> .....	27
2	<b>O CORPO NEGRO: REMINISCÊNCIAS E CICATRIZES</b> .....	33
2.1	<b>Corporeidades: a exibição do corpo negro</b> .....	33
2.2	<b>A personagem Muana e corpo feminino negro: a voz negra protagonista</b> .....	38
3	<b>UM OLHAR HISTÓRICO-LITERÁRIO EM <i>O CRIME DO CAIS DO VALONGO</i></b> .....	46
3.1	<b>Cais do Valongo: apagamento simbólico da escravidão</b> .....	46
3.2	<b>A representação da região do Valongo no romance de Eliana Alves Cruz e a importância da “pequena África”</b> .....	53
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	60
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
	<b>ANEXO A - Valongo nos dias atuais (2019)</b> .....	66
	<b>ANEXO B - Descaso com a região do Valongo (2020)</b> .....	67
	<b>ANEXO C – Reconhecimento do romance <i>O Crime do Cais do Valongo</i> e adaptação para audiovisual (2020)</b> .....	68
	<b>ANEXO D – Abandono da região da Pequena África no Rio de Janeiro (2019)</b> .....	69

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma trajetória profissional, acadêmica e pessoal pautada na luta por uma profissão estigmatizada e desvalorizada. Ademais, sinto a necessidade de externar alguns sentimentos e sensações que se entrelaçam com o fazer literário negro de autoria feminina. Como professora negra de língua portuguesa e literatura, pensar sobre reminiscências e escrevivências até entrar na Universidade era algo que não tinha tanto significado para mim.

A vida parecia “normal” cursando os primeiros períodos no Campus UERJ-FFP, mas algo estava sempre à sombra da existência desse ser inquieto. E ao chegar no Maracanã costumo dizer que o mundo se abriu diante de mim: eram múltiplas possibilidades – vida acadêmica, oportunidades de estágios e vida social – tudo em um só lugar. Perfeito! Acreditei que estava no melhor lugar que poderia estar (e ainda acredito nisso!).

Minha trajetória durante cinco anos de graduação foi marcada por alguns estágios (dentro e fora da UERJ), socializações no campus (porque tudo é uma questão de equilíbrio), algumas horas perdidas na fila da xerox do décimo primeiro andar e apostilas de textos que guardo até hoje (em caso de necessidade). Sobretudo, marcou-me a diversidade, a inclusão e a necessidade de me reconhecer naquele local.

Além de, é claro, refletir sobre a pouca existência de professores negros na Letras, uma questão que me incomodava muito. E quase que em um movimento simultâneo, vivi transformações internas que externaram angústias e revoltas. Precisava continuar naquele lugar cinza tão acolhedor que necessitava de mais estudos sobre literatura brasileira de autoria feminina.

Ser negra é o ponto crucial para abrilhantar minha construção identitária, para me afirmar no e para o mundo. Unir a “metamorfose ambulante” que sou aos estudos literários não foi fácil; assim como tudo na minha vida, houve um processo de negação, apesar de breve. Isso só foi possível com o ingresso no curso de Mestrado, durante o curso ministrado pela professora Maria Aparecida Salgueiro em que conheci a obra analisada neste trabalho.

Refazer meu *corpus* de análise foi mais do que necessário e em um processo catártico, encontrei-me. Estava diante do maior objeto de pesquisa da minha vida: pesquisar autoras negras brasileiras que compõem a nossa literatura e nossa história e elevá-las ao devido reconhecimento que merecem.

Acerca da literatura brasileira produzida por autores negros, o ano de 1859 é reconhecido como importante ponto de partida para se pensar a produção literária negro-brasileira, como defende Cuti. Assim, para fins elucidativos, adota-se no presente trabalho o conceito de literatura negro-brasileira, tendo em vista que quando se trata dos autores, Cuti aponta que “um afro-brasileiro ou afro-descendente não é necessariamente um negro-brasileiro” (2010, p. 38).

No que diz respeito à palavra “negro”, Cuti (2010) apresenta que

é uma das mais polissêmicas do vernáculo. Sua polissemia, quem sabe, contribuiria para seu desprezo na caracterização de um *corpus*. Afro-brasileiro, expressão cunhada para a reflexão dos estudos relativos aos traços culturais de origem africana, independeria da presença do indivíduo de pele escura, e, portanto, daquele que sofre diretamente as consequências de discriminação. (2010, p. 39, grifo do autor)

Esta dissertação se inicia com a abordagem de questões centrais para a composição, permanência e, sobretudo, silenciamento de escritoras negras brasileiras. Nesse sentido, é imprescindível abordar a trajetória da escrita negra iniciada no contexto de ditadura militar brasileira, mais especificamente a partir de 1978, com a publicação dos *Cadernos Negros*. Nesse contexto, salienta-se a criação do grupo Quilombhoje pelos escritores Oswaldo de Camargo, Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Luiz Silva (Cuti), Paulo Colina e Abelardo Rodrigues em São Paulo. Mais de quatro décadas após seu início, os *Cadernos* têm extremo valor para a cena cultural/literária negra brasileira, possibilitando a ampliação do grupo para outros movimentos, atuando nas periferias das grandes cidades do país. Há o resgate de jovens negros para a vida literária e artística.

De acordo com o caminho traçado por este trabalho, o que se segue é um breve panorama que inclui escritoras negras brasileiras que fizeram uma espécie de base para que o cenário contemporâneo com nomes como Ana Maria Gonçalves, Eliana Alves Cruz e Conceição Evaristo, para citarmos apenas algumas das autoras de maior destaque, pudesse florescer e engrandecer a literatura negro-brasileira ainda mais.

Nesse âmbito, esta pesquisa se inicia com um breve percurso da literatura de autoria feminina negra no Brasil, em cujo ponto de partida sobressai a importância de Maria Firmina dos Reis e de sua produção literária. Firmina, nascida em 1822 em São Luís do Maranhão, filha de Leonor Felippa dos Reis, “mulata forra escravizada”, estuda sozinha e autodidata, publica o romance *Úrsula*, publicado em 1859, assinado por “uma maranhense”, devido à pressões que sofria naquele contexto por sua condição de mulher negra em uma sociedade ainda regulada economicamente pela escravidão, conforme aponta Eduardo Duarte (2018).

O romance de Firmina, de extremo valor para nossa literatura e reconhecido como o primeiro romance abolicionista de autoria feminina, representa o negro de forma impactante, ao relatar o sequestro e o aprisionamento da preta Suzana – pelo ponto de vista da escravizada –, em um relato que revela confronto na relação de trabalho escravo, bem como aponta para as feridas da sociedade escravocrata do século XIX:

Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência parecia um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma. Só vós o pudestes avaliar!...

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. (...) É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (2018, p. 102, grifo da autora)

Eduardo Duarte, no que tange à obra de Maria Firmina, afirma que “sobressai, então, a condição diaspórica vivida pelos personagens arrancados de suas terras e famílias para cumprir no exílio a prisão representada pelo trabalho forçado.” (2018, p. 218).

A potência do texto de Firmina é incontestável. Nesse sentido, considerando a construção narrativa em *Úrsula* e a condição da autora, que no século XIX se destaca pela forma como se coloca diante às questões sociais, Eduardo Duarte afirma que

Autodidata, sem acesso à universidade e aos centros europeus formadores de conhecimento e mentalidades, Firmina soube muito bem avaliar a ignonímia perpetrada pelos colonizadores. [...] Sabedora do impacto exercido nos leitores pela nova forma do romance – espécie de coqueluche literária da época –, a autora constrói um enredo folhetinesco para, uma vez fisgada a empatia do leitor, ir aos poucos introduzindo a crítica histórica e social. (2018, p. 213)

Sua marca e presença literárias devem ser resgatadas, ressaltando o papel da escrita produzida por uma mulher negra, sem que haja dissociação do seu contexto de produção. Firmina, mulher negra, que aos 58 anos foi aprovada em primeiro lugar em História da

Educação Brasileira, recebendo o título de Mestra Régia e que funda uma das primeiras escolas mistas e gratuitas do país, de acordo com a biografia apresentada por Eduardo Duarte (2018).

Importante mencionar para o reconhecimento de Maria Firmina dos Reis a sua produção literária, que consiste em publicação de contos e poemas em jornais. Em 1861, Firmina participa da publicação de poemas nos jornais *Publicador Maranhense*, *O Jardim dos Maranhenses* – publica também o conto “Gupeva” – e *A Verdadeira Marmota*.

Além dessas colaborações, em 1868, por exemplo, publica textos no *Almanaque de lembranças brasileiras*. Além de ter publicado um livro de poemas *Cantos à beira-mar*, em 1871, impresso em São Luís do Maranhão, com textos já publicados e outros inéditos. No contexto de movimentos abolicionistas, publica o conto “A Escrava” em 1887, na *Revista Maranhense*. Ressalta-se, no ano em que a abolição da escravidão no Brasil foi assinada, a composição do “Hino à libertação dos escravos” pela autora maranhense. O único fragmento que ainda existe e resiste da composição é apresentado por Eduardo Duarte (2018):

Salve Pátria do Progresso!  
 Salve! Salve Deus da Igualdade!  
 Salve! Salve o sol que raiou hoje,  
 Difundindo a Liberdade!  
 Quebrou-se enfim a cadeia  
 Da nefanda Escravidão!  
 Aqueles que antes oprimias,  
 Hoje terás como irmão! (2018, p. 233)

No breve percurso que traçamos da literatura negra de autoria feminina no Brasil, destacamos ainda a figura de Carolina Maria de Jesus, mulher descendente de escravizados que, em sua vida, batalhou contra as adversidades para criar seus três filhos, um século após Maria Firmina dos Reis.

No que tange à vida da escritora, é importante salientar que Carolina, nascida em 1914 em Sacramento (Minas Gerais), estudou formalmente por apenas dois anos, mas após esse período, ela desenvolveu e aprimorou seus estudos. Quando adulta, morou na favela do Canindé, em São Paulo; para sobreviver e sustentar seus três filhos, catou alimento e restos do lixo.

A partir do momento em que Carolina se revela, deixa à mostra para o leitor a precariedade de seu cotidiano que não se deixa esmorecer; pelo contrário, se aviva e ganha vida com o exercício de construção do seu livro. A poética de Carolina expõe feridas e críticas

e ressalta aos olhos do leitor as marcas do descaso e da invisibilidade sofridos por ela e sua família.

Em contraposição ao que aponta Cândido (2003), ao apresentar a “literatura empenhada” de 1930, tendo como base aspectos naturalistas e ideológicos que são estendidos até as décadas de 1950 e 1960, a literatura de Carolina mostra-se em desacordo com projetos estéticos herméticos que visam puramente a crítica e não a vivência. Nesse sentido, a miséria, preconceito, fome, violência e todo o cenário da realidade das favelas do nosso país são vividos à flor da pele por Carolina, narrador e personagem dessa experiência literária, que salta de dentro para fora. Suas angústias, preocupações, dores, medos, alegrias e vivacidade ecoam como ‘vozes de dentro’ ao se autorreferenciar, conhecer e (auto)rrefletir acerca de sua condição.

Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! [...] Eu sou muito alegre. Todas as manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço. (DE JESUS, 2014, p. 25)

A condição de Carolina, vista como precária e sem perspectiva, é colocada em suas narrativas cotidianas como protagonista, aliada ao seu olhar vivaz de esperança e alegria contagiante ao encarar tal realidade áspera. Sua atitude mostra ao leitor uma capacidade de superação diante das adversidades, ao mesmo tempo em que não as deixa em pano de fundo; pelo contrário, servem de pilar para que a vida seja encarada de uma maneira positiva, em um movimento de dentro para fora.

A escrita de Carolina, introspectiva ao se mostrar para o mundo, não se esconde diante dele; faz-se presente, corajosa e empoderada. É na escrita que Carolina não se deixa subalternizar pelos “senhores da casa grande” e mostra sua voz, assumindo a posição de uma subalterna que fala sua própria história. Nesse sentido, Carolina se coloca numa posição contrária ao que se pensou (e ainda se pensa) sobre o subalterno, conforme Gayatri Chakravorty Spivak aponta acerca dele: “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.” (2010, p. 126).

As mulheres, quando escrevem sua própria história, subvertem a lógica que impera há séculos: deixam de ser personagens e protagonizam a própria história, resignificando a narrativa de opressão vivida por elas, havendo uma desconstrução de padrões e de máculas sociais segregacionistas.



Essa desconstrução de padrões está presente também em *Diário de Bitita* (2017), por exemplo. A voz da narradora exerce seu lugar no mundo e busca a todo o momento encontrar-se, diante das condições adversas às quais é submetida. Carolina, subjugada pela opinião alheia, sobrevivendo de tarefas domésticas e do lixo, reflete sobre sua existência:

Decidi seguir para Sacramento. [...] Quando cheguei à minha cidade, fui recebida com hostilidade pelos meus parentes. Eu já estava mais inteligente e observava as fisionomias rancorosas. Pensei: “Eles não sentem saudades”.

[...]

Mas eu que nas minhas andanças dormia debaixo das árvores, e era humilhada, já estava ficando invisível (2017, p. 177).

Carolina aproxima do leitor sua realidade e nos proporciona refletir acerca de sua história; faz-nos refletir e (re)pensar a trajetória dos negros no Brasil, sobretudo no que diz respeito às trajetórias de sofrimento, apelo e silenciamento das mulheres negras. E no que tange ao processo identitário do negro, pondera-se que é resultado de transformações, trocas e identificações.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, nascida em 1946 em Belo Horizonte, migrou para o Rio de Janeiro na década de 70. Formou-se em Letras na UFRJ, é mestra pela PUC-RJ e doutora pela Universidade Federal Fluminense, tendo atuado como professora da rede pública no Rio de Janeiro.

Publica contos e poemas desde 1990 nos *Cadernos Negros* e em 2003 teve seu primeiro romance publicado, *Ponciá Vicêncio*. Cabe salientar que seu primeiro romance escrito em 1987/88 é *Becos da Memória*, publicado em 2006, que Conceição aponta como seu “primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência. Talvez na escrita de *Becos*, mesmo que de modo quase que inconsciente, eu já buscasse construir uma forma de escrevivência.” (2019, p. 9)

Autora cujas obras vêm sendo traduzidas para diversas línguas, a relevância de Conceição para a literatura negro-brasileira é inegável para que se reconheça sua potência e valorização da cultura negra no Brasil e no mundo. Conceição aborda, por meio de suas obras, vivências sobre ser mulher negra e o posicionamento de protagonista das personagens femininas negras, fazendo frente ao racismo e ao sexismo existentes na sociedade. O protagonismo negro urge nas narrativas de *Ponciá Vicêncio* e *Becos da Memória*, produções que colocam a mulher negra como detentora de sua própria voz que não se cala diante das tentativas de marginalização e opressão.

A Professora Maria Aparecida Andrade Salgueiro (2004) acerca da escrita de Conceição e o romance recém-publicado, *Ponciá Vicêncio* aponta que:

A obra literária de Conceição Evaristo, dividida entre poemas e contos publicados, além de um romance inédito, narra sob ótica nitidamente feminina, problemas do cotidiano das mulheres negras, em formato repleto de poesia, e pleno de referências culturais, que buscam momentos fortes de uma cultura que se reconstitui. (SALGUEIRO, 2004, p. 121)

Em suas obras, Conceição Evaristo procura entrelaçar o mundo íntimo e a denúncia social na perspectiva da mulher negra. Isso ocorre por meio de um processo cunhado por Conceição de “escrevivência”:

o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (2007, p. 20-21).

Tal mecanismo considera as percepções das mulheres negras e a relação com a escrita, um movimento que permite “ganhar o mundo” e ultrapassar os limites da vida, da sociedade racista, machista e patriarcal em que estão/estamos inseridas. Nesse sentido, as mulheres em relevo neste trabalho evidenciam tal mecanismo como forma resistência e mais do que isso, sobrevivência.

Uma escritora que articula literatura à História é Ana Maria Gonçalves, escritora mineira nascida na década de 70 em Minas Gerais, publicitária de formação, que teve despertada sua paixão pela literatura e escrita no período em que viveu na Ilha de Itaparica. Seu primeiro romance foi publicado em 2002, intitulado *Ao lado e à margem do que sentes por mim*.

*Um defeito de cor*, romance publicado em 2006, revela a travessia e trajetória de Kehinde, nascida em Benin, desde o período em que foi escravizada aos oito anos de idade até seu retorno à África, como mulher livre. A narrativa de quase mil páginas em primeira pessoa revela aspectos de insubordinação e rebeldia por parte dos escravizados, apresentando um novo panorama acerca desse episódio.

Muitos dos nossos caíram feridos pelas balas e foram levados até os estaleiros da Preguiça. Como não podíamos enfrentar os guardas armados e açotados, o Mussé disse que depois cuidaríamos da libertação do alufá Licutan, e mandou que alguns de nós fossem para o Terreiro de Jesus e outros para o Largo do Teatro, entre os quais me incluí. Nestes dois lugares estavam programados encontros com grupos que partiriam de diversos pontos da cidade, e de fato alguns pretos já estavam por lá, escondidos nos becos e nas ruas vizinhas. Em frente ao teatro encontramos uma pequena patrulha, que rapidamente foi desarmada e posta para correr, sendo que àquela altura eu já estava querendo entrar em combate também, e não apenas fazer parte do grupo.

[...]

Era desesperador que eles não soubessem que não era só aquilo, que não podíamos responder às armas de fogo dos guardas, mas que também não era aquela a intenção. Não pretendíamos tomar os quartéis ou outros prédios, mas apenas provocar confusão na cidade, reunir o maior número possível de pessoas e nos encontrar com os pretos que nos esperavam em Itapagipe e nas matas do Engenho do Cabrito. (2017, p. 523-526)

Alexsandro Batista de Oliveira acerca da obra de Ana Maria Gonçalves enquanto produção literária e histórica, pontua que

ao escrever essa obra a partir de um período da história do nosso país – Brasil Imperial –, está, mais do que escrevendo literatura, pautando, em caráter revisionista, o papel das mulheres negras na história do Brasil que, embora abundantes na realidade, são pouco referidas e menos ainda representadas na Literatura Brasileira. (OLIVEIRA, 2019, p. 124)

A construção da memória e da identidade estão latentes na obra de Ana Gonçalves, além da referência à figura de Luísa Mahin, apresentando seu papel na luta e defesa contra os preconceitos. Outros aspectos relevantes também dizem respeito à memória cultural e à tradição, pontos marcantes no objeto deste trabalho que fazem da obra de Ana Maria Gonçalves uma narrativa que se articula na nossa literatura de modo potente e que precisa ser reconhecida. Para Alexsandro Oliveira, há no romance da autora

um lugar reservado ao sujeito feminino, que, a despeito das agruras pelas quais passou, obteve êxito. Nele, Ana Maria Gonçalves não exalta a mulher negra a um ponto idealizado, antes a humaniza. Se Kehinde não parece ser simpática a heroísmos, sempre relativizando as ações humanas, compreendendo, julgando, ponderando, tampouco ela o desejaria para si. Na relação autoria/obra, percebemos a relevância de um romance dessa magnitude. Ele vem ajudando a preencher as lacunas deixadas na Literatura Brasileira no que diz respeito ao negro, sobretudo à mulher negra. (OLIVEIRA, 2019, p. 130)

O caminho traçado em *Um defeito de Cor* como um romance escrito por uma mulher negra e protagonizado por uma mulher negra, bem como o entrelaçamento histórico na narrativa são aspectos que aproximam a obra de Ana Maria Gonçalves com o romance de Eliana Alves Cruz que estudamos nesta dissertação.

Por meio da análise do romance *O crime do Cais do Valongo* (2018a), de Eliana Alves Cruz, considerando a trajetória da personagem, suas experiências e sua relação com a escrita, o presente trabalho reforça a relevância da perspectiva feminina ao pensar acerca das consequências da escravidão para corpos e subjetividades negras. Muana, jovem de aproximadamente 20 anos, negra escravizada que narra sua própria história, expõe seus sentimentos e cicatrizes, apresentando ao leitor os horrores da escravidão.

O enfoque dado ao olhar sobre os costumes, rituais e crenças também é forte ao longo da narrativa, que evidencia e denuncia a opressão sofrida por aqueles que foram tirados de seus territórios à força. A opressão que os africanos suportaram é um fator que leva à reflexão sobre esse período histórico em uma tentativa de silenciamento de milhares de vozes durante mais de 300 anos de tortura, resultando em um negligenciamento de diversos povos trazidos para o território brasileiro por ação dos colonizadores. Esse processo foi violento, doloroso e penoso para aqueles que tiveram suas famílias separadas, seus territórios invadidos e, principalmente, seus corpos violados. A apropriação do corpo negro tem consequências desastrosas para a sociedade atual.

O que foi subtraído dos negros escravizados é apontado na narrativa de Eliana Cruz: território, família, práticas religiosas, crenças, dignidade, humanidade e vida. A narradora-personagem relata sua experiência e aproxima o leitor desse esfacelamento vivido por ela, ao mesmo tempo em que mostra seu “outro lado” – mulher que aprende sozinha uma língua diferente da sua para sobreviver, é inteligente e “preta de confiança” de seu “sinhô” – que resiste, apesar de tudo e sobretudo.

Por meio da literatura negro-brasileira é possível identificar e reafirmar memórias e tradições orais marcadas pelo apagamento histórico e simbólico. A dominação cultural, social e masculina contribuiu e ainda contribui para tal negligenciamento. Com isso, a narrativa negra de autoria feminina vai de encontro à alienação e finca seu espaço no cenário literário por meio da resistência e recriação de histórias de empoderamento que enaltecem a cultura brasileira.

A esse respeito, tal relevância é comprovada quando se analisa o cenário literário brasileiro, observando as obras publicadas recentemente – pesquisa realizada por Regina Dalcastagnè (2008) em *Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*. A autora sinaliza que, nos últimos quinze anos, cerca de 80% das personagens são brancas em uma análise de 258 romances das três maiores editoras do Brasil: Companhia das Letras, Rocco e Record. Ressalta aos olhos o número de homens escritores (mais de 72%) e também o fato de que mais de 90% dos autores e autoras são brancos, reforçando a ausência de heterogeneidade racial no *corpus* estudado. Em relação às personagens, em torno de 80% são brancas e protagonistas, ao passo que menos de 6% são negras e protagonistas.

Nesse sentido, o conceito de “escrevivência” cunhado por Conceição Evaristo pode ser entrelaçado ao longo deste trabalho, tendo em vista que a narrativa expõe cicatrizes e reminiscências do corpo negro. O que se apresenta, assim, é a urgência da escrita do corpo

feminino negro, que surge como motor de tantas narrativas silenciadas que encontram no papel e na caneta a saída para dor, sofrimento, vergonha, inferiorização, êxtase, alegria, dentre outros sentimentos e sensações.

Em depoimento, Conceição Evaristo expõe esse aspecto intimista, fazendo referência ao seu cotidiano e sua relação familiar e com a escrita:

Foram, ainda, essas mãos lavadeiras, com seus sois riscados no chão, com seus movimentos de lavar o sangue íntimo de outras mulheres, de branquejar a sujeira das roupas dos outros, que desesperadamente seguraram em minhas mãos. Foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semi-analfabetas. Foram essas mãos também que folheando comigo, revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, que aguçaram a minha curiosidade para a leitura e para a escrita. Daquelas mãos lavadeiras recebi também cadernos feitos de papéis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar, que nos anos 50 recebia a classe média alta belorizontina. (2007, p. 17)

Ainda acerca da escrevivência, mas no que tange ao romance central deste trabalho, o conceito concebido por Conceição permeia a narrativa de *O Crime do Cais do Valongo* na vivência apresentada ao leitor por Muana, tendo em vista sua relação de afetividade com os demais escravizados, sua posição de “preta de confiança” e uma escrita feminina negra que carrega ancestralidade, tradições, memória e identidade. Com isso, o ato de escrever

ultrapassa os limites de uma percepção de vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. **A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.** (2007, p. 21, grifo meu)

A escrita ficcional de Eliana Alves Cruz entrelaça afetividades, histórias de antepassados e experiências de escravizados que resultam na escrita potente, forte e sensível na voz de uma jovem que sofreu tremendos absurdos. Assim, a escrita de Eliana, enquanto mulher negra, surge enquanto “escrevivência”, tendo em vista que a sua produção literária se apresenta como insubordinada à lógica canônica da literatura brasileira e desconstrói, assim, o branqueamento da nossa literatura.

A escrita feminina que carrega potência para resgatar ancestralidade, vivências e vozes dos antepassados para se pensar o presente é uma característica da obra de Eliana Alves Cruz, perceptível já quando se analisa o romance *Água de Barrela* (2018b), cuja primeira edição foi publicada em 2015. Nesta obra, a ancestralidade marca o percurso narrativo da história, a qual cruza caminhos de personagens em África e no Brasil.

Pensar “escrevivência” em *Água de Barrela* é relacionar a própria história e os antepassados da autora como mecanismo de construção literária, revelando e resgatando tradições, crenças e práticas religiosas. Nesse sentido, por exemplo, ao apresentar a personagem Akin (ou Firmino após sua travessia), o narrador nos conta detalhes de sua vida no continente africano e sua ligação com o território de origem: “ouviam-o dizendo que ser escravo era o pior que poderia acontecer em qualquer parte, pois a pessoa perdia a raiz, a família e vivia nos piores lugares. Eles não tinham muita certeza do que acontecia com os negros capturados para a venda aos brancos.” (2018b, p. 23).

Na escrita de Eliana Alves Cruz é possível observar um caminho comum – a desterritorialização -, com enfoque na escrita que dá voz àquele sujeito que teve (ainda tem) uma trajetória marcada pela resistência.

## 1 A DIÁSPORA AFRICANA E A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DOS CORPOS EXPATRIADOS

Vejo que nós, negras meninas  
Temos olhos de estrelas,  
Que por vezes se permitem constelar

O problema é que desde sempre nos tiraram a nobreza  
Duvidaram das nossas ciências,  
E quem antes atendia pelo pronome alteza  
Hoje, pra sobreviver, lhe sobra o cargo de empregada da casa

É preciso lembrar da nossa raiz  
semente negra de força matriz que brota em riste!  
Mãos calejadas, corpos marcados sim  
Mas de quem ainda resiste.  
(Não desiste negra, não desiste – *Mel Duarte*)

### 1.1 A diáspora africana

Tendo em vista que a obra literária está interligada a um contexto cultural, social e histórico, a presente pesquisa inicia a análise literária e histórica com base no conceito de diáspora ponderado como crucial para seu desenvolvimento. Nesse sentido, a conceituação aqui elucidada faz-se essencial para o desdobramento e entendimento acerca da representação identitária de corpos expatriados e marcados pelo estigma ao longo do processo de escravização sofrido no Brasil.

A palavra diáspora, definida pelo dicionário Houaiss<sup>1</sup>, consiste na “dispersão dos judeus, no decorrer dos séculos, por todo o mundo” e também diz respeito à “dispersão de um

---

1 HOUAISS. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#0](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0). Acesso em junho de 2020.

povo em consequência de perseguição política, religiosa ou étnica”. O termo, de origem grega, é entendido como deslocamento, forçado ou não, de um povo de um lugar a outro e, como consequência, processo de adaptação e redefinição de identidade dos indivíduos nos novos ambientes de destino.

Para Wendy Walters (2005, p. 7), a diáspora é entendida como um espaço global, uma espécie de teia que abrange o mundo, que se deve tanto pelo continente de origem, quanto por qualquer lugar no mundo em que seus filhos possam ter sido levados pelas indesejadas forças da história. Por meio dessa definição, pode-se refletir acerca não só da diferença cultural existente no espaço novo para esses indivíduos, mas também sobre a questão das identidades múltiplas e dos corpos que se reconstróem culturalmente e ideologicamente.

A representação diaspórica dos e nos corpos negros escravizados é verificada em *O Crime do Cais do Valongo* (2018a), tendo em vista a captura de Muana, uma das vozes que narram o romance, e seu sequestro junto com demais africanos oriundos de Moçambique, Congo e Angola, principalmente. Salienta-se, nesse sentido, o deslocamento forçado de cerca de “12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX” que “disseminou violência e escravização no continente africano”, consoante Roquinaldo Ferreira (2018) em *África durante o comércio negreiro*.

Tal movimento de migração dos africanos teve na origem o processo das chamadas “grandes navegações” e a ambição por conquistar novos territórios, assim, a diáspora africana se estabelece como preponderante para a efetivação dessa lógica associada a um sistema capitalista, em que milhares de vidas foram afetadas, a fim de “servirem” a uma regulação que visava progresso às custas da exploração de mão de obra escravizada.

Acerca da estreita relação entre escravidão e sistema econômico vigente, Paul Gilroy em *O Atlântico Negro* (2019) defende que

a escravidão de *plantation* era mais do que apenas um sistema de mão de obra e um modo distinto de dominação racial. Quer ela concentrasse a essência interna do capitalismo ou fosse um elemento residual essencialmente pré-capitalista em uma relação subordinada ao capitalismo propriamente dito, ela fornecia as fundações para uma rede distinta de relações econômicas, sociais e políticas. (2019, p. 124)

Defende Paul Gilroy (2019) que o conceito de diáspora, partindo de sua utilização na Bíblia, tem ligação com a dispersão de povos judeus, com o exílio e com a escravidão. O autor sugere que o evento da diáspora



pode em si fornecer uma imagem subutilizada com a qual explorar a relação fragmentária entre negros e judeus e as difíceis questões políticas para qual ela desempenha o papel de anfitriã: o *status* da identidade étnica, o poder do nacionalismo cultural e maneira pela qual as histórias sociais cuidadosamente preservadas do sofrimento etnocida podem funcionar para fornecer legitimação ética e política. (2019, p. 387)

Além disso, o processo diaspórico, conforme aponta William Safran em *Diasporas in modern societies: myths of homeland and return* (1991), pode ensejar os seguintes aspectos: mito da terra de origem e sua história e a idealização da mesma; deslocamento de indivíduos de um local para outras regiões; desejo de retornar à terra natal e o sentimento de proteção; sensação de estranhamento e de não pertencimento, que pode ser responsável por provocar no indivíduo ideias acerca do isolamento e da questão étnica baseada na história e no futuro coletivo.

Em *O Crime do Cais do Valongo* (2018a), aspectos relevantes sobre esses apontamentos podem ser pensados considerando a narrativa traçada pela personagem Muana ao narrar sua percepção da migração forçada sofrida por ela. Muana apresenta sua readaptação em território brasileiro, em um processo lento de reterritorialização que perpassa pelo domínio de uma língua diferente e pela negação das práticas de sua religião de origem.

A trajetória da narradora-personagem apresentada no romance expõe, por meio de sua vivência, o lento caminhar do africano escravizado no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, e sua relação com a aculturação que se deu em território estranho para quase cinco milhões de pessoas.

O processo de desterritorialização de Muana é apresentado ao leitor no momento em que um visitante estrangeiro, Mr. João Toole, chega à propriedade e procura por ela. A aproximação do professor de inglês com a jovem se dá por intermédio de “seu senhor” Bernardo que permite as conversas semanais dos dois.

Muana desconfia da chegada de Mr. Toole e seu interesse por ela, por sua história: “por que queria falar comigo, se sou apenas mais uma negra? [...] eu sou como muitas na São Sebastião do Rio de Janeiro” (CRUZ, 2018a, p. 42). A narradora questiona-se acerca de sua identidade e valor, ressaltando o que a diferenciava das demais: o fato de saber ler e escrever.

Em meio aos questionamentos, Muana analisa o sotaque do professor e o seu próprio, ao dizer que “o meu também tem as notas do lugar que para sempre vou chamar de meu, pois, para mim, é lá onde eternamente vai morar o encantamento.” (CRUZ, 2018a, p. 43). Nesse sentido, inicia a narração de sua trajetória, se apresentando e lembrando de seu lugar de origem com beleza e poesia:

Fechei os olhos para ver as imagens dentro de mim e elas surgiram límpidas como cristal fino de uma taça da cristaleira do engenho Tamarineiras. [...] Posso sentir o ar fresco depois de uma das muitas chuvas abundantes que caem no sopé do monte Namuli. Nunca mais esquecerei a sensação e o cheiro de natureza misturado com a terra encharcada. (2018a, p. 44)

Além da apresentação de sua pátria como resgate da memória que se faz muito presente na narrativa, o romance conecta o leitor com as experiências vividas anteriormente ao processo de desterritorialização pelo qual passa Muana. Nesse sentido, houve a tentativa de apagamento das práticas religiosas e crenças dos negros africanos.

A narradora-personagem nos diz que “quando cheguei, em 1790, não havia cais. Desembarcamos em barcos menores e fomos levados à praia.” (CRUZ, 2018a, p. 62) e contando sobre a montanha e seu território de origem, faz uma reflexão sobre as divindades:

Aquela montanha é mais que pedra, pois todos foram criados por Deus dentro dela. Deus? Deus... Olhem só para mim, repetindo as coisas desta gente. Para o meu povo todos nós descendemos de uma Grande Mãe que habita as montanhas do Namuli. Uma Deusa! O nome dela – da Grande Mãe Macua – é ‘Nipele’. Um nome maravilhoso, pois quer dizer ‘o seio que alimenta, que dá a vida’” (CRUZ, 2018a, p. 46)

A protagonista, agora em território diferente do seu, com uma cultura totalmente diferente daquela na qual foi criada, vê-se em alguns momentos ponderando sobre as culturas, mediando entre a cultura hegemônica que impera no Brasil e a sua de origem. Assim, Muana pratica rituais diversos dos seus e frequenta igrejas para acompanhar a sinhá Ignácia. Essa inserção da protagonista na religião dos brancos pode ser entendida como intercessão nos dois mundos e uma forma de sobreviver em território estranho.

Observa-se, assim, a multiplicidade cultural que foi imposta à jovem, como exemplo de mais um mecanismo de dominação, o qual passa pela língua, pela religião e pelo próprio corpo dos negros africanos. A protagonista revela que “conversava muito com a Nossa Senhora do Rosário. Fingia que era a Nipele... pelo menos era mulher.” (CRUZ, 2018a, p. 46) e se pergunta:

Por que não deixam as pessoas acreditarem no que quiserem? E também se não quiserem acreditar em nada? Em momentos diversos tive que fingir crença em Maomé ou em Jesus Cristo e por anos senti uma enorme culpa pelas graves consequências desta minha falta de fé. (CRUZ, 2018a, p. 46)

No que diz respeito ao processo de desterritorialização, Stuart Hall faz referência ao deslocamento de pessoas em que ocorre uma mudança em suas identidades. Para o autor, em *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (2018, p. 29). Isso possibilita pensar na ficcionalização da história de Muana, na medida em que as questões que envolvem a identidade cultural na diáspora consideram a pluralidade dos povos, conferindo um caráter diverso para as sociedades.

Nesse âmbito, Hall nos mostra que “nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas.” Pondera sua análise em relação ao Caribe que “todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar” e que a relação com a história “está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas.” (2018, p.33)

Nesse âmbito, a diáspora permite o encontro de culturas diversas, observando a relação de poder existente entre a cultura do dominante *versus* a cultura do dominado, colocando a segunda como inferior à primeira. Acerca da relação entre diáspora e reconhecimento identitário, Sandra Regina Goulart de Almeida pontua que “a consciência diaspórica representa um espaço heterogêneo e, sobretudo, de contestação, no qual as múltiplas posições do sujeito são justapostas, contrapostas, aclamadas ou desautorizadas.” (2015, p. 57). Assim, pode-se perceber no romance a multiplicidade adquirida pela protagonista, na medida em que negocia em um espaço estranho, desconhecido e com imposições às quais é submetida.

A subjugação de suas práticas culturais e religiosas está inserida no contexto de poder que estabelece a dicotomia entre o “eu” e o “Outro”, ao considerar que o colonizador é estranho frente aos negros africanos que foram rotulados também como estranhos aos olhos do colonizador. A dupla configuração à qual os escravizados estão submetidos nesse contexto é entendida como um processo em que houve a dissociação de suas identidades, do próprio ser carregado de sua subjetividade própria. Com isso, observamos o conceito de diáspora proposto por Stuart Hall ao pontuar a oposição binária de diferença, afirmando que o processo de aculturação “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão”, que “depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora.” (2018, p. 36)

Nesse sentido, há um sentimento de não pertencimento e estranhamento do sujeito diaspórico escravizado que se constitui a partir do contato com o desconhecido, no que diz respeito à terra e ao povo no novo local de existência. Tal sentimento é inerente ao sujeito que passa pelo mecanismo de aculturação, resultando na fragmentação identitária do mesmo.

A fragmentação do africano expatriado tem relação com a situação em que se encontra, na medida em que o conceito de diáspora pode ser associado ao conceito de “dupla consciência” como apresentado por W. E. B. Du Bois em *As almas da gente negra* (1999), obra originalmente publicada em 1903, na medida em que podemos pensá-lo como a coexistência de culturas diferentes em um mesmo espaço.

O autor aponta como ser negro e americano pela perspectiva do outro – branco - afeta a identidade do indivíduo negro, tendo em vista que estamos diante de “um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo.” (1999, p. 54). W. E. B. Du Bois explicita o lugar do negro americano a partir de uma relação que considera a identificação de ser negro pelo olhar da branquitude. Nesse sentido, pode-se estabelecer um paralelo para pensar o posicionamento identitário do negro expatriado no Brasil, na medida em que ele também sofreu com o julgamento do outro nesse processo.

A partir dessa lógica, a narradora do romance está inserida em um contexto de multiplicidade cultural em que suas escolhas são realizadas considerando sua condição de mulher negra escravizada que negocia entre as culturas para sua própria sobrevivência. O fato de Muana aprender a ler e escrever em uma língua distinta da sua também reforça essa mediação, já que sua habilidade não poderia ser descoberta porque ela poderia ser punida.

Por isso, para saber sempre o que vão fazer esses senhores, agreguei outros treinos e letras ao que aprendi em minha terra e ao que a irmã Maria do Carmo me ensinou no Lazareto, mas ninguém pode jamais descobrir que eu leio os avisos que ele coloca na *Gazeta* e também as cartas que me manda pôr no correio. Não é bisbilhotice, como pode alguém dizer, mas proteção. Eu leio e eu escrevo, como estou escrevendo agora. (2018a, p. 19, grifo da autora)

A narradora nos expõe uma de suas estratégias de proteção; não é só pela sua vida, mas também pela vida de seus iguais que Muana aprende a língua portuguesa e a pratica às escondidas:

já em casa do senhor Bernardo, eu copiava escondida com um pequeno pedaço de carvão na pedra do quintal os avisos que ele mandava pôr na *Gazeta*. Pois sim! Eu saberia quando ele pusesse meu nome na seção de avisos, como eu soube quando pôs o Natanael à venda e já estavam quase o entregando para o Tamarineiras. Foi graças a minha leitura que pudemos nos adiantar e ajudar o moleque a escapulir. (2018a, p. 24, grifo da autora)

Conclui-se que o indivíduo negro escravizado oscila entre culturas distintas, enfatizando a relação entre o conceito de diáspora e sua condição de escravizado, ao pontuar o

mecanismo de aculturação sofrido por ele ao longo de sua existência em solo brasileiro, afastado de sua origem e reconstruindo sua identidade.

## 1.2 Identidade, cultura e memória no sujeito diaspórico

No que diz respeito à literatura negro-brasileira e ao processo de reconstrução de identidade do negro escravizado, deve-se entender que o negro africano trazido para cá teve papel importante na construção da cultura nacional e na cultura do negro, tendo em vista o conceito de diáspora diante dos processos de colonização e na consequente aculturação do sujeito diaspórico.

Para se pensar uma trajetória com base na identidade, cultura e na memória do negro escravizado, este trabalho tem como base o romance *O Crime do Cais do Valongo* (2018a) e o contexto cultural e sociopolítico do Brasil nos séculos XVIII e XIX em que a narrativa se ambienta, expondo a escravidão vigente por séculos em terras brasileiras, que marcou povos, culturas e tradições as quais sofreram com o processo diaspórico. Com isso, como resultante do processo de colonização são expostos preconceitos e estereótipos acerca da figura do negro.

Partindo do conceito de “Atlântico negro” apresentado por Paul Gilroy (2019), os negros que vieram para cá contribuíram com suas tradições e culturas; assim, eles não devem ser vistos “como mercadorias mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania”, na medida em que o contexto do “Atlântico negro” “propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica.” (2019, p. 59).

A metáfora criada pelo autor nos permite pensar a travessia forçada de milhares de pessoas e simbolicamente de tantos milhares de histórias e crenças que aqui se entrecruzaram com estrangeiros e povos originários, forçados a conviver com uma nova lógica – de dominação – marcada por um(a tentativa de) apagamento de suas manifestações religiosas, mitos e tradições num processo de aculturação.

A partir dessa perspectiva, o indivíduo está sujeito a imposição do outro a qual contribui para a construção do seu desenvolvimento identitário. Nesse sentido, a possibilidade de reconstrução da identidade do negro africano enquanto sujeito deslocado de suas origens é apresentada na narrativa de Eliana Alves Cruz, já que apresenta a trajetória de uma jovem

negra, revisitando seu lugar originário e remodelando seu comportamento em terras estranhas. Simbolicamente, Muana e Umpulla, por exemplo, representam suas nações e marcos culturais que atravessaram em direção ao desconhecido. O mergulho na cultura do outro, do colonizador trouxe dimensões internas e externas que se refletem nos corpos diaspóricos. A fragmentação de identidades fez-se presente durante anos de forma repetida e sistemática, em todos aqueles que vieram para o Brasil.

A travessia em um navio negreiro contada pela personagem e seu deslocamento, ocorrido na infância, rumo ao solo brasileiro, mais especificamente fluminense; sua vida, sua luta e resistência às violências sofridas por ela fazem parte de sua existência na busca por manter suas raízes, numa tentativa de sobrevivência interna, embora deixando marcas em seu corpo.

A diáspora, enquanto deslocamento de um sujeito de um local para outro, pensada em relação ao que ocorre no período da escravidão, é um processo em que há fragmentação do sujeito colonizado que resulta no estranhamento e no sentimento de não-pertencimento. A ideia de “identificação associativa” cunhada por Stuart Hall (2018) diz respeito ao processo de identidade cultural do país de origem que se mantém no laço familiar.

Nesse sentido, a personagem Muana, ao contar sua história para Mr. Toole, rememora suas crenças ligadas à África, como no momento em que nos conta acerca da morte: “Para nós ela não existe. Apenas vamos viver em outro lugar, junto aos ancestrais, mas para isso precisamos de sepultura digna ou continuaremos vagando aqui, onde não é mais nossa morada, assombrando os vivos e o mundo.” (2018, p. 138)

O processo de reconstrução da identidade nos sujeitos diaspóricos se relaciona a tradições, imaginários e tende a unir idiomas, “articulando pátrias em combate, forças da memória, estilos de transgressão, em ambígua relação com as estruturas nacionais e transnacionais”, consoante aponta James Clifford (1999, p. 21).

Os percursos e caminhos que se cruzam entre as mediações culturais realizadas pelos sujeitos em deslocamento agem de forma determinante para seu pertencimento ou não pertencimento, refletindo na identidade. Os valores culturais e, principalmente, humanos são subjugados ao longo do período de subordinação do negro africano em um processo de dominação.

Hall (2006) pondera acerca da relação do eu com o outro na questão da identidade que ela “é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” (2006, p. 11)

Ressalta ainda que o sujeito pode assumir diferentes identidades em momentos diversos, havendo uma diferenciação entre elas, não estando unificadas, mas, pelo contrário, que são “algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.” (2006, p. 12).

No tocante ao romance *O Crime do Cais do Valongo* (2018a), é possível compreender na composição da narrativa pela voz de Muana o contexto de dominação e de aculturação sofridos por ela. Observa-se por meio da travessia da personagem que em diversos momentos reafirma sua identidade africana, a fim de que esse laço originário não se perca, como também uma forma de valorizar seu local de origem e sua existência única, no momento em que se apresenta para o visitante Mr. Toole, interessado em sua história:

Chamo-me Muana Lómuè, sou filha de Mutandi e Atinfa. Aqui em São Sebastião do Rio de Janeiro deram-me outro nome, mas toda a gente me conhece apenas por Muana. Nasci numa aldeia bem próxima a um enorme e lindo maciço de pedra. É o segundo mais alto de toda a Moçambique. Isso eu só soube anos depois de sair de lá. Não quero ser apenas “Moçambique” como usam para chamar os que chegam de minha terra. Sou Lómuè. Este nome  $\neg$  Lómuè – eu o adotei porque fala de onde vim e do que eu sou: uma Macua - Lómuè. Existem vários macuas. Somos como galhos da mesma árvore, e nossas línguas apresentam algumas diferenças, mas são todas bastante próximas. (2018a, p. 43)

A ênfase dada pela personagem ao se apresentar reforça um aspecto relevante para esta pesquisa: a identidade do negro africano e a ligação com seu local de origem enquanto marcas que particularizam o indivíduo, tornando-o único e singular. A partir desse ponto, observa-se que a construção identitária do sujeito escravizado passa diretamente pela conceituação de “raça”.

Por meio dos caminhos apresentados até aqui, em que se entrelaçam a cultura, a identidade e a memória, o termo “raça” é inicialmente conceituado a partir de uma ótica que considera aspectos físicos e biológicos para “categorizar” a diversidade existente entre a humanidade.

Ao se refletir sobre tal postulado conforme apontam estudiosos, como Stuart Hall, que indica um olhar assertivo sobre a definição do termo, é levado em consideração que se trata de uma nomenclatura ideológica, discursiva, não mais vista como biológica. Para ele, raça é

a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (2006, p. 63, grifos do autor)

É nesse contexto que cultura e identidade se relacionam, tendo em vista a imposição cultural de um grupo considerado superior sobre o outro, dito como inferior, que pode ser encontrada na sociedade até os dias atuais. Importante ressaltar como a cultura do negro é subjugada e ameaçada frente à do branco europeu, considerando que “antes de ter contato com o branco, o colonizado/negro não se sentia inferior a nenhuma outra raça. Toda crise identitária surge da negação dos valores humanos e culturais impostos pela colonização”, conforme apresenta Eurídice Figueiredo (1998, p. 64).

Nesse âmbito, as imposições culturais aos negros que chegavam no Brasil podem ser vistas ao longo da narrativa de *O Crime do Cais do Valongo* (2018a) na medida em que a história da narradora-protagonista nos é revelada, contextualizando seu cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. A título de exemplo, podemos citar as práticas religiosas ligadas ao catolicismo que incidiam sobre os povos assim que desembarcavam em terras brasileiras, assim como novos costumes impostos por senhores de engenho.

Por meio desse processo de dominação simbólica da cultura e do discurso ideológico eurocêntrico se tem a marginalização, a inferiorização e conseqüentemente o projeto de apagamento das tradições, religião e memória do povo negro, incorrendo na perda de identidade de origem que constituía os sujeitos expatriados. Disso resulta a construção de uma “nova” identidade forçada. O trânsito não esteve presente somente para o âmbito físico, mas refletiu no ponto imaterial, ao considerarmos que a cultura e a memória do povo negro também se deslocaram de África para as Américas.

Ao relacionar identidade, cultura e memória, Lélia González, em *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, elucida a questão da construção e importância da memória do negro como forma de manutenção de suas marcas culturais e ancestrais, resultando na sobrevivência de suas crenças.

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber.

[...]

Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, a medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (1980, p. 226, grifo da autora)



O caminho traçado por Lélia González indica uma possibilidade de articulação simbólica nas relações existentes na nossa sociedade – negro *versus* branco –, na medida em que podem ser observadas estratégias de branqueamento persistentes até os dias atuais. Fazendo referência ao processo de perda de identidade por parte dos negros escravizados, aos quais se tentou impor o esquecimento por meio da imposição territorial, cultural e religiosa.

A mobilidade territorial e cultural imposta à personagem Muana não a distancia de suas origens e crenças, pelo contrário, essa memória é constante para ela, que revive suas tradições em diversos momentos da narrativa, como quando conta a Mr. Toole, ao lembrar de sua mãe, a simbologia conferida às peneiras em sua aldeia:

Disse a ele que aqui não dão valor aos objetos. Uma peneira é algo muito especial. [...] Uma peneira servia para transportar comida, separar os grãos de cereais depois de pilados e moídos e também era símbolo de estabilidade. Uma casa sem uma peneira era uma casa sem equilíbrio e dependente de outra. A peneira é muito importante em todos os momentos da nossa vida. (2018a, p. 48)

A permanência de rituais e costumes que estão vivos na memória da narradora é um indicativo de que a manutenção dos laços com o local de origem é algo forte em Muana, que os mantém escondidos em muitas ocasiões por questões de sobrevivência diariamente.

Falar de memória aqui não é apontar seu caráter lacunar e fragmentário, pelo contrário, é ressaltar a memória como aspecto relevante para a permanência de tradições e costumes dos povos africanos em um processo que vai de encontro à imposição da classe dominante.

Michael Pollak (1989) reforça a importância no que diz respeito às memórias subterrâneas, tendo em vista que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso da memória nacional”, para pensar que essas memórias subterrâneas podem provocar uma interferência na lógica oficial de transmissão de determinados fatos ou em como construir um ser social a partir de seu posicionamento periférico.

O que está sendo apontado pelo autor tem relação direta com os corpos marginalizados e o silêncio que lhes foi imposto, havendo uma desconstrução do processo de exclusão, em parte, quando há a exposição de suas vivências e resgate de tradições.

O encadeamento entre memória e sentimento de pertencimento de um determinado grupo social possui conexão com o local que representa materialmente sua origem; nesse sentido, “a escravidão é um elemento central para a marca identitária do cais do Valongo pelos que o reconhecem como lugar de memória.” (LIMA, 2016, p. 151).

Um aspecto apontado por Mônica Lima se refere à construção de narrativas que unem espaço físico e memória em uma perspectiva que visa valorizar a dimensão histórica da escravidão juntamente com as pessoas que tiveram esse sistema incidindo sob seus corpos.

## 2 O CORPO NEGRO: REMINISCÊNCIAS E CICATRIZES

Palavras presas  
Em ideias passageiras  
Propostas de nós

Branco o papel  
Aguarda  
Perguntas  
Calam

Cara  
Na raça  
Pretalizando  
O poema  
(*Selma Maria da Silva*)

### 2.1 Corporeidades: a exibição do corpo negro

O período colonial é base neste trabalho para se (re)pensar a inserção do corpo negro na sociedade brasileira, tendo em vista as reminiscências discursivas e práticas racistas pautadas nas colônias que, consoante aponta Achille Mbembe “não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano.” (2018, p. 34).

Ademais, o filósofo articula a escravidão à biopolítica, afirmando que

Qualquer relato histórico do surgimento do terror precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto da *plantation*, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade). (2018, p. 27, grifo do autor)

No tocante ao processo de permanência dessa lógica excludente, alude-se aos trabalhos recentes de Lilia Schwarcz que ratificam essa manutenção racial excludente:

Assim, enquanto o Século das Luzes, o XVIII, e o liberalismo político tinham divulgado a concepção de que os homens eram iguais perante as leis, teorias do determinismo social e racial pretenderam concluir o oposto: que a igualdade e o livre-arbítrio não passavam de uma quimera, uma balela da Ilustração. Talvez por isso, na época da imediata pós-emancipação um sábio dito popular circulou pelas ruas do Rio de Janeiro: **‘A liberdade é negra, mas a igualdade é branca’**. A citação se referia à liberdade recém-conquistada pelos negros, com a abolição da escravidão, mas indicava, igualmente, **a persistência dos severos padrões de desigualdade no país**, problema que ainda aflige os brasileiros. (2019, p. 31, grifo meu).

A elucidação da historiadora traz para o presente trabalho aspectos importantes que se relacionam com a obra literária de Eliana Alves Cruz, já que a narrativa é protagonizada por uma jovem escravizada, revelando o terror vivido, mas ao mesmo tempo, a beleza e afeto dos laços de resistência que foram criados.

A narrativa tem como cenário a região do Cais do Valongo, patrimônio da humanidade localizado na cidade do Rio de Janeiro, que foi o maior local de desembarque de escravizados, conforme aponta o antropólogo Milton Guran<sup>2</sup>:

O Cais do Valongo foi o maior ponto de desembarque do tráfico transatlântico. Em torno do cais, se desenvolveu um complexo escravagista com armazéns, pontos de venda de escravos, mercados, casas comerciais. Este foi o maior porto escravagista, com a maior transferência forçada de toda a história da humanidade. (2017)

Analisar a história do corpo negro implica um processo de revisitar pontos de vista que podem beirar o absurdo para os interessados pelo assunto no século XXI. Porém, é importante destacá-los levando em consideração o contexto em que estavam inseridos, além de ressaltar que tais pensamentos não podem resistir até os dias atuais.

Remonta-se, dessa forma, à tradição da “maldição de Cam” ou “maldição dos africanos”, que se refere aos personagens bíblicos Noé e Cam (filho mais novo de Noé e pai de Canaã). Conta-se que Noé fez um vinhedo e na primeira colheita de uvas, obteve vinho e embebedou-se. Cam o encontrou dormindo em sua tenda e “se viu a nudez de seu pai”, como consta em Gênesis 9 e 10. Após o decorrido, Noé lançou sobre seu filho uma maldição; a tradição estabeleceria que, como consequência, Cam se tornou negro.

---

<sup>2</sup> Entrevista disponível em: <http://www.pordentrodafrica.com/videos/o-valongo-foi-o-maior-ponto-de-desembarque-de-africanos-escravizados-diz-milton-guran>. Acesso em julho de 2020.

Em uma das versões acerca da “maldição de Cam”, observa-se que por meio da história bíblica é possível relacionar a suposta maldição lançada sobre Cam e seus descendentes à negritude e à escravidão, tendo em vista o pressuposto religioso que serviu de base para o processo segregacionista.

O livro *The Curse of Ham – Race and Slavery in Early Judaism, Christianity and Islam*, de David M. Goldenberg, elucida essa ligação entre a cor da pele e a escravidão, algo permeado por mandatório divino, mais especificamente por uma questão de ordem social<sup>3</sup>. No que diz respeito à cor da pele, por exemplo, David Goldenberg ratifica que a “maldição de Cam” é uma justificativa bíblica assumida para um ciclo eterno de escravidão do povo negro<sup>4</sup>. O autor afirma que a “a maldição de Cam”, de várias formas, se tornou uma poderosa ferramenta para a manutenção da ordem existente na sociedade.

A recuperação do episódio envolto de simbologia legitimou, em certa medida, o processo de cristianização do povo africano sequestrado para o Brasil até meados do século XIX. A igreja católica teve papel crucial no que diz respeito às práticas escravocratas da época e na própria disseminação da catequização. A “maldição de Cam” foi recurso utilizado por membros clericais a fim de justificar a escravidão, tendo em vista que eles eram considerados amaldiçoados por natureza, o que explicaria as doenças e a pobreza presentes no continente africano.

A legitimação para a escravidão também foi justificada por uma interpretação bíblica feita pela igreja. Por esta, os africanos seriam um povo amaldiçoado, descendente de Cam, filho de Noé, que teria cometido um pecado grave ao espiar o pai nu. (COSTA, 2007, p. 33)

Tais descrições acerca dos negros africanos reforçam e legitimam discursos sobre povos aqui escravizados. O que se observa é uma fala pautada na cor da pele e nas características físicas, assim, os “atributos” dos negros passaram e ainda passam por um

---

3 “In the Bible Ham is the father of four sons: three (Misrayim/Egypt, Put, Kush) who became the ancestors of various dark- skinned African people, and Canaan. Only Canaan, the nonblack ancestor of the Canaanites, was cursed with slavery. Given this scenario, there are two ways that one could, by deft manipulation of the text, link blackness and slavery: either push the curse of slavery back onto a genealogically and etymologically black Ham, or make the biblically enslaved Canaan the ancestor of black Africans. [...] Some writers claim that Noah pronounced a dual curse of slavery and blackness, although the Bible mentions only slavery. Others keep the biblical story of a single curse of slavery but, they say, as a consequence the one cursed turned black. Still others would have a curse of slavery pronounced on someone who is already black. The common denominator of all these variations is the link- age of blackness and slavery.” (2003, p. 169-170)

4 The Curse of Ham is the assumed biblical justification for a curse of eternal slavery imposed on Black people, and Black people alone. (2003, p. 168)

processo classificatório centrado na desvalorização ou reconhecimento, a depender da conveniência e/ou comodidade da situação.

O corpo negro possuía valor de mercadoria diante dessa visão colonialista, o que traz um questionamento acerca do negro na contemporaneidade, na medida em que muito se tem debruçado sobre por meio de qual mecanismo a influência europeia desde a colonização incide sob os corpos negros.

A cor da pele, juntamente com fatores econômicos, religiosos e geográficos, levaram a um mecanismo excludente que marca os indivíduos por suas composições fenotípicas, tratando de modo diverso os indígenas e os negros. Apesar de ambos terem sofrido com a escravidão de seus corpos, tal sistema operou de forma distinta sobre esses grupos, ocorrendo a elevação dos indígenas a símbolos do nacionalismo brasileiro, como pode ser observado em obras literárias do Romantismo, sobretudo – o que não significa que essas obras não apresentassem uma visão profundamente estereotipada e menorizante dos povos originários.

Nesse sentido, evidencia-se a lógica capitalista para pensar a mudança gradual na mão de obra escravizada indígena para africana. Em 1534, por exemplo, devido ao sistema de capitânicas, a resistência dos índios já estava presente, pois consideravam o trabalho da roça apropriado para mulheres.

Outro aspecto importante são as doenças e, de acordo com Stuart B. Schwartz:

[...] Houve uma calamidade entre 1559 e 1563, quando uma série de epidemias dizimou as populações indígenas, tanto nas aldeias quanto entre as que já estavam escravizadas pelos colonizadores. Os números das populações indígenas na costa despencaram, e a obtenção de substitutos ficou mais difícil e, portanto, mais cara. Ademais, por pressão dos jesuítas, a Coroa promulgou em 1570 a primeira lei proibindo a escravidão dos povos nativos brasileiros. (2018, p. 217)

Quanto aos negros africanos, o direito à liberdade lhes foi negado a partir do pressuposto de que havia escravidão nos países originários como Nigéria e Angola, constituiu-se como uma das justificativas. Soma-se a isso as marcas físicas que seriam relacionadas à condição incivilizada. A categoria adotada era a de “*calidad*” ou “qualidade” para diferenciar internamente cada grupo social. É possível identificar dezenas de categorias que foram reempregadas na América, além de algumas criadas *in loco*, que designavam elementos associados à cor de pele ou ao tipo físico.

No que tange à mão de obra escravizada africana, observa-se que ela também foi implementada como qualificada nos engenhos de açúcar em meados do século XVI, conforme salienta Stuart Schwartz:

Os portugueses, que já tinham longa experiência com os africanos e suas habilidades em Portugal e na ilha da Madeira, tenderam a empregá-los no Brasil, de início, principalmente como mão de obra qualificada. Muitos dos primeiros africanos, provenientes de sociedades habituadas à pecuária, a sistemas agrícolas complexos, à metalurgia e outras atividades qualificadas, eram treinados como oficiais no processo de fabricação do açúcar, e em 1548, no Engenho São Jorge dos Erasmos, em São Paulo, até mesmo como mestres de açúcar. Os indígenas raramente ocupavam tais posições. (2018, p. 219)

O fato de africanos terem trabalhado como mestres de açúcar, ainda quando havia escravidão indígena, inverte a lógica de que eles eram incultos e incivilizados e só poderiam realizar trabalhos braçais. Essa justificativa não se mantém devido à presença de trabalho intelectual africano em solo brasileiro, por exemplo.

No que diz respeito à questão racial no país, Florestan Fernandes, em *O negro no mundo dos brancos* (2013), obra originalmente publicada em 1972, observa que há um sistema de exclusão em que o negro é visto ainda como “não pertencente” e “inferior” em relação ao olhar do branco que nega práticas discriminatórias, em que

Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para “esquecer o passado” e para “deixar que as coisas se resolvam por si mesmas”. Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do “negro” e do “mulato”, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco. (2013, p. 21)

Acerca da posição do corpo negro feminino, uma das questões apontadas em *Mulheres, Raça e Classe* (2019), originalmente publicada em 1981, por Angela Davis diz respeito ao papel da mulher negra no que tange à sua força de trabalho:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas.

[...]

Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de papel como trabalhadoras. (2019, p. 17/18)

A autora ressalta que as mulheres escravizadas sofriam com abuso sexual e maus-tratos por parte de seus senhores, eram exploradas por eles de forma dupla; consoante aponta Davis:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (2019, p. 19)

O olhar para a mulher negra escravizada como mercadoria passava por todas as questões que diziam respeito a seu convívio: trabalho exaustivo, relacionamentos forçados e exploração sexual em um sistema escravagista que as subordinava à condição de reprodutoras para a manutenção de uma cadeia de exploração na lógica econômica vigente; de acordo com Davis:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos.

[...]

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de multiplicar. (2019, p. 19)

A visão apresentada ratifica o papel das mulheres na sociedade escravagista, que as subalternizou por as considerar inferiores, não só pela cor e por estarem submetidas ao regime de trabalho escravizado, mas por serem mulheres e terem essa condição subjugada frente ao homem escravizado, por exemplo. Nesse sentido, pode-se perceber a relação da escravidão com o sistema capitalista, na medida em que as pessoas eram vistas como mercadorias e necessárias para a manutenção de uma lógica econômica, a qual ceifou vidas e deixou rastros invisíveis.

Achille Mbembe, em *Crítica da Razão Negra* (2018), ao refletir acerca da relação do negro com o sistema econômico escravista, afirma que “o negro foi de fato o elemento central que, ao permitir a criação, por meio da *plantation*, de uma das formas mais eficazes de acumulação de riqueza na época, acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mecanização e do controle do trabalho subordinado.” (2018, p. 45)

## 2.2 A personagem Muana e corpo feminino negro: a voz negra protagonista

O corpo negro visto como objeto insere-se no contexto apresentado no romance em questão, tendo em vista a condição dos negros que vieram para o Brasil. A subserviência do povo africano aos senhores é fator determinante para a percepção do seu lugar no mundo. Na lógica de submissão ao corpo masculino, as mulheres negras sofreram durante muitos anos a



dupla subordinação: aos corpos brancos masculino e feminino. Quem era detentor de escravizados, utilizava-se de tal poder para dominar e calar o outro, considerado inferior.

No que tange à dominação do corpo negro, faz-se relevante destacar a segregação da espécie humana em raças e situar o lugar do negro nesse sistema a fim de interligar o processo de insubordinação do mesmo no decorrer da história da humanidade. Achille Mbembe pontua acerca da questão da raça que

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. (2018, p. 21)

O corpo negro da jovem Muana sofre as subjugações que lhe são impostas, evidenciando marcas não somente físicas, mas também simbólicas e psicológicas no que se refere ao tratamento conferido aos escravizados. Ao relembrar o passado, a personagem incita à reflexão acerca do processo de valorização dos corpos negros: “Herdei muitos dos dons do meu pai. Uma destas habilidades era aprender muito rápido várias línguas e costumes. **Ele sabia que não estávamos seguros em canto nenhum.** Nem com os portugueses nem com os sultões.” (CRUZ, 2018a, p. 83, grifo meu)

No que concerne às mulheres, especialmente às mulheres negras, pondera-se que estão inseridas numa lógica de dominação masculina; ademais, considerando-se os aspectos racistas inseridos na nossa sociedade patriarcal, a mulher é colocada num lugar de subserviência, de subordinação. Mais especificamente para situar o corpo negro, é importante destacar as questões que dizem respeito à branquitude e seu poder frente aos demais seres humanos, ratificando uma relação hierárquica a qual indica poder entre as classes. Grada Kilomba ressalta a preponderância do branco sobre o negro ao afirmar que “[a]o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificado como ‘menos inteligente’” (2019, p. 55).

Sob essa ótica, o processo de dominação que moldou e ainda resiste nas sociedades, sobretudo a brasileira, a partir da divisão das raças e das classes nos indica um caminho de persistência de práticas distintivas raciais que tanto assolam os menos favorecidos.

Lilia Moritz Schwarcz (2019) em *O espetáculo das raças* apresenta um panorama histórico-sociológico-antropológico acerca dos estudos “científicos” e o processo de

miscigenação que foi amplamente condenado e dito como o determinante para o fracasso da sociedade brasileira, considerando os anos finais do século XIX e o século XX.

No estudo racial proposto pela autora, salienta-se que o conceito de raça está intrinsecamente ligado a uma definição biológica, mas que indica um viés social. Nesse âmbito, Lilia afirma que

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava.

[...]

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia. (2019, p. 24)

A “natural” hierarquização desenvolvida por Lilia é elemento legitimador para ações discriminatórias que se arrastam por décadas. A legitimação do horror afirma-se pela constituição social em níveis, que são naturalmente desiguais. Assim, pensar em racismo e sexismo, por exemplo, é pensar na relação de poder existente entre as classes sociais que foi constituída organicamente por anos.

O sujeito, aqui indivíduo social que independe de gênero, inserido em tal contexto já desde o nascimento está diante de um dispositivo de exclusão social profundamente enraizado. Recuperar o fato infeliz da escravidão para a história não só do Brasil, mas de países como Estados Unidos, é resgatar outras milhares de narrativas e laços que foram interrompidos e destruídos em nome de progresso e desenvolvimento econômico, político e social.

bell hooks, em *E eu não sou uma mulher?* (2019), obra originalmente publicada em 1981, nos diz sobre a chegada de mulheres para a escravidão e a lógica econômica que

Poucas mulheres africanas foram embarcadas nos primeiros navios trazendo pessoas escravizadas para o novo mundo, **mas quando o comércio de pessoas escravizadas aumentou, mulheres passaram a representar um terço da carga humana embarcada na maioria dos navios.** Uma vez que aquelas não ofereciam efetiva resistência à captura por ladrões e sequestradores, mulheres africanas se tornaram alvo frequentemente de homens brancos escravizadores. Os escravizadores também usavam a captura de mulheres importantes da tribo, a filha do rei, por exemplo, como meio de atrair homens africanos para situações em que eles poderiam facilmente ser capturados. Outras mulheres africanas eram vendidas para escravização como punição por infringir leis da tribo. Uma mulher considerada culpada por cometer adultério poderia ser vendida para escravidão. (2019, p.40, grifo meu)

Acerca da realidade hierárquica marcada pela diferença nos tons da pele como indicadores de “superioridade” e “inferioridade”, o negro é visto como “outro” frente ao olhar

dos brancos, e as mulheres passam a ser vistas como o “outro do outro”, conforme definição de Grada Kilomba.

A filósofa, em sua obra *Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano* (2019), disserta sobre o racismo, seu “marco inicial” e a presença nas sociedades atuais, bem como suas características. Nesse sentido, a autora ainda relaciona as diferenças existentes entre as raças a “valores hierárquicos”, apontando que “não só o indivíduo é visto como ‘diferente’, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade.” (2019, p. 75). Ainda aponta que tais valores “implicam um processo de naturalização” e que o poder está presente, seja econômico, histórico, social ou político.

A inferiorização da raça negra, marcada por adjetivações depreciativas, possui relação direta com o *corpus* social e revela alguns aspectos, como concepções acerca da aparência e capacidade intelectual dos negros que estão interligados ao pensamento “naturalizado” na sociedade brasileira. Conforme foi apontado por Stuart Hall no que concerne à definição de raça como categoria discursiva, quando este observa que “a categoria ‘raça’ não é científica” (2018, p. 76). Nesse âmbito, as práticas racistas englobam uma lógica a qual

tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse “efeito da naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista. Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o antissemitismo e com o sexismo (em que também “a biologia é o destino”), porém, menos com a questão de classe. (2018, p. 77)

O que se afirma sobre o povo negro na sociedade brasileira tem íntima conexão com o passado, que é indissociável do processo de construção e constituição social no Brasil. Acredita-se ser necessário apontar as cicatrizes dessa lógica que esteve instaurada por mais de trezentos anos no país, além de resgatar o ponto de vista dos que foram escravizados, a fim de lembrar não só os sofreram diretamente, mas todos os que ainda são estigmatizados pela cor de sua pele. Reafirmam-se, então, o racismo e a exclusão instaurados na sociedade, a fim de reacender discussões históricas, literárias e artísticas.

Abdias Nascimento (2019), em *Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*, obra originalmente publicada em 1977, apresenta acerca da relação entre negros e brancos, no tocante à “democracia racial”, que

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificialidade se expõe para quem

quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. (2019, p. 54)

Essa lógica hierárquica apontada por Abdias é constituinte enraizado na sociedade brasileira, levando em consideração a reprodução de discursos que mantêm a visão “embranquecida” para a história de formação do país. Ademais, isso se articula com a construção de um cânone literário nacional que negligenciou durante anos escritoras negras como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.

A literatura negro-brasileira apresenta esse outro lado como forma de luta, por meio de uma escrita potente, que se faz latente, sobrevivente e transformadora. Nesse sentido, a mulher negra não é vista como um sujeito político, tendo sua narrativa negada e não legitimada. Nesse âmbito, a produção narrativa da personagem Muana em *O crime do Cais do Valongo* é representação da desconstrução e ressignificação do processo de apagamento e deslegitimação da voz negra feminina, sobretudo da mulher escravizada.

Pensar em marginalização e objetificação do corpo negro é ponderar acerca do colonialismo e do período da escravidão, tendo em vista a construção de uma sociedade pautada em civilização e dominação em níveis diversos. A lógica mercantil submeteu corpos a processos excludentes e vexatórios violentos; essa mesma lógica também rotulou indígenas, subjugando-os como incultos e incivilizados, impondo-lhes costumes, vestimentas, idioma e religião.

Em paralelo com os negros vindos de África, tal processo se deu de maneira semelhante no que diz respeito à dominação e ao pensamento colonial. Cabe ressaltar em tal perspectiva o aspecto desumanizador da civilização, conforme aponta Aimé Césaire:

A colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objectivamente a transformar-se, ele próprio, em *animal*. (1977, p. 24)

O pensamento de Césaire caminha no sentido de pensar, ou melhor, repensar a colonização a partir do ponto de vista do colonizado. No percurso cunhado por ele, articula-se o período colonial com dominação e poder. Assim, o papel do escravizado nessa sociedade configura-se como objeto, por meio da equação pensada por Césaire de que “colonização = *coisificação*”.

Acerca da chegada de navios negreiros e a escravização de corpos africanos no contexto social e capitalista, bell hooks afirma que “as experiências traumáticas de mulheres e homens a bordo de navios negreiros foram apenas as primeiras etapas de um processo de doutrinação que transformaria o ser humano africano livre em escravo.” (2019, p. 43). Diante desse cenário,

Eram cruciais, no preparo das pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua comum e, retirada de qualquer sinal evidente de herança africana. (2019, p.43)

O que se aponta, pelo ponto de vista da autora, é o medo como mais uma tentativa para forçar os africanos a deixarem suas crenças, costumes e identidade a fim de impor-lhes a mentalidade de subordinados, de pertencentes a nova lógica imposta a suas vidas.

A banalização da vida e da liberdade são temáticas inseridas no contexto do século XIX, tendo em vista que a supremacia branca “justificou” a subordinação de negros aos senhores. Consta-se a inferioridade dos negros que tiveram suas vidas ceifadas e reduzidas a nada no pior episódio de nossa história.

As relações de poder, até então estabelecidas, conjugam o sistema colonial e patriarcal na medida em que selecionam corpos “superiores” em detrimento de outros “inferiores”.

A título de exemplo, se observa no romance em questão, o relato da personagem Muana sobre um dos piores castigos que levou em sua vida, evidenciando a objetificação de seu corpo:

Aquele homem enorme nos levou para uma cela desabitada e nos bateu muito. Lá dentro havia vários instrumentos estranhos. Foi a primeira grande surra da minha vida. **Nos colocou presos a argolas fixadas na parede e sem comida por dois dias. No terceiro nos atiraram alguma comida, pois viramos mercadoria** e, à noite, vieram nos buscar. Poucas horas depois, ainda famintos e com hematomas que doíam demais, estávamos no porão, no **depósito** da Casa do Rio de Janeiro. (2018, p. 123, grifo meu).

O que se apresenta no trecho em questão reforça o ideal de objeto, mercadoria que foi durante mais de trezentos anos um rótulo para o povo negro. Pensar em resistência negra/africana pressupõe considerar a situação crítica de milhares de mulheres que vieram para o território brasileiro em situações deploráveis e que foram submetidas a condições extremamente adversas e perversas. Castigos físicos, violência psicológica e sexual são alguns exemplos que tentam nos apresentar a dimensão do que foi esse período da nossa história.

Angela Davis apresenta a condição da mulher negra escravizada como reprodutora sexual, ressaltando o caráter duplamente dominatório sofrido por ela: “as mulheres também

sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas.” (2019, p.19)

Ainda aponta, em relação à lógica econômica dos Estados Unidos nesse período, que

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos.

[...]

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; **eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.**

(2019, p.19, grifo meu)

Nesse âmbito, é relevante apontar que a objetificação do corpo negro ao longo de mais três séculos revela um aspecto imprescindível para a análise da memória cultural e da identidade. Assim, conforme expõe Aleida Assman em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011):

Enquanto os ritos de iniciação arcaicos se utilizam da escrita corporal mediante o emprego de violência em prol de uma formação sustentável da identidade, a escrita corporal do trauma, ao contrário, destrói a possibilidade de uma formação de identidade. (ASSMAN, 2011, p. 267).

Ao ponderar a escravidão negra, considerando-se as observações da teórica, pode-se estabelecer a relação traumática vivida não só por Muana, mas por milhares de pessoas, como impedimento para que a identidade e o reconhecimento dessas pessoas fossem possíveis. É plausível considerar que o povo negro aqui escravizado não tenha plena identificação com o solo brasileiro. Os castigos e traumas que marcaram o corpo e a alma do povo africano desmantelam seu sentimento de pertencimento.

O processo de desterritorialização implica identidade com o novo local, ao mesmo tempo em que se pode observar a manutenção de laços com os territórios de origem de forma introspectiva devido às circunstâncias em que os sujeitos diaspóricos se encontravam.

Os corpos negros eram tidos como objetos nessa relação de senhor-escravo, no contexto de servidão que foi base para o sistema econômico, político e social vigente na época. O tratamento desigual que lhes foi dado trouxe consequências que ainda nos assombram. As cicatrizes deixadas sobrevivem em discursos racistas, elitistas e eugenistas. Considerar o negro como mercadoria foi realidade nos séculos passados. A tentativa de mercantilização dos corpos está presente na narrativa de Eliana, com voz reflexiva de Muana:

“Quase toda a casa aqui era também um **depósito de gente... gente para venda.**” (2018a, p. 15, grifo meu); “Estamos todos acorrentados. Pretos, brancos, senhores, escravos, libertos. Todos presos a grilhões pesados.” (2018a, p. 53).

Ao longo da narração, em muitos momentos é possível identificar os pensamentos da jovem, que analisa a sua situação e de milhares outros, além de expor o que acontecia com os corpos negros. Ao descrever o local de “armazenamento” dos escravos, a narradora evidencia o tratamento objetificado: “A proximidade com o mar traz uma umidade que penetra nos ossos, e as ruas no entorno do Valongo estavam pura lama, para piorar o normalmente **deplorável estado dos Armazéns e trapiches que guardam pretos e outras mercadorias.**” (2018a, p. 41, grifo meu)

### 3 UM OLHAR HISTÓRICO-LITERÁRIO EM *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*

O canto do cais do Valongo ôôôôôôôô  
 Que veio de Angola, Benin e do Congo  
 Tem semba, capoeira e oração  
 O Rio sai da roda de jongo e vai desaguar  
 Na glória de São Sebastião

Oi, bota abaixo, sinhô  
 Oi, bota abaixo, sinhá  
 Lá vem o Rio de terno de linho  
 E chapéu panamá  
 (G.R.E.S Portela – 2014)

#### 3.1 Cais do Valongo e apagamento simbólico da escravidão

O projeto de revitalização da região portuária no Rio de Janeiro, intitulado Porto Maravilha, foi iniciado em 2011 pela prefeitura objetivando melhorias urbanísticas (saneamento, iluminação, vias), bem como criação de áreas empresariais e maior oferta de lazer e pontos turísticos, em um local até então abandonado na zona central da cidade. As obras aconteceram visando a realização de grandes eventos esportivos que iriam ocorrer – a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 – em que se contava com apoio político e financeiro dos governos estadual e federal.

A realização do projeto se inspirou em obras já realizadas no local, no período de 2001 a 2009, em que se iniciaram as obras de revitalização. Nesse sentido, houve por parte de historiadores e pesquisadores uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico da região e com um legado afrodescendente que corria o risco de ser perdido.

No início das obras de escavação foram encontrados, em bom estado de conservação, restos do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo, datados de 1843 e 1811, respectivamente, na atual Praça do Jornal do Comércio, conforme pode ser visto nas fotos 1, 2 e 3 a seguir. A arqueóloga Tânia Andrade Lima está entre as pesquisadoras que contribuíram



para o reconhecimento histórico e cultural dos locais recém-descobertos e que solicitou à prefeitura do Rio de Janeiro a preservação dos mesmos.

Foto 1 – Sítio Arqueológico do Valongo



Fonte: portal.iphan.gov.br

Foto 2 – Sítio Arqueológico do Valongo (detalhes)



Fonte: portal.iphan.gov.br

Foto 3 – Cais do Valongo



Fonte: portal.iphan.gov.br

O complexo do Valongo, com data de criação no século XIX, constitui-se de

quatro setores articulados, a saber: a rua do Valongo, atual rua Camerino, onde ficariam as lojas de venda [...]; o Cemitério dos Pretos Novos, na atual rua Pedro Ernesto, [...] onde eram enterrados os africanos que faleciam na travessia ou antes da venda; o Lazareto dos escravos, fundado em 1810, hospital para atendimento dos cativos africanos que chegavam com enfermidades após a viagem atlântica; [...] e o Cais do Valongo, construído em 1811 em substituição à antiga ponte de madeira que foi usada inicialmente para desembarque dos escravos desde 1774. (SOARES, 2018, p. 420)

O historiador Carlos Eugênio Soares e a arqueóloga Tânia Lima contribuíram para que houvesse a preservação da região descoberta dois séculos após sua criação e que recebeu do continente africano mais de 500 mil escravizados. Ainda como pontua Carlos Eugênio, “o Cais do Valongo foi, pois, uma obra relevante para o melhoramento da logística de venda e revenda de escravos na cidade, e contribuiu para a alta popularidade do regente e depois rei d. João VI entre os comerciantes de grosso trato no Rio.” (2018, p. 421).

Em relação à sua história, o complexo do Valongo foi desativado em 1831 devido a questões políticas envolvendo o governo da Regência, resultando no esvaziamento do cais e na ocupação de estabelecimentos de venda de secos e molhados que seriam retirados do local em 1843. No mesmo ano, a rua Valongo e o cais têm seus nomes alterados em comemoração a chegada da esposa do imperador Pedro II, o que evidencia o percurso de apagamento e memória da escravidão sendo iniciados. Após a Declaração da República, em 1889, o cais foi aterrado.

Tânia Lima reforça o papel fundamental da arqueologia com responsabilidade histórica a fim de resgatar o passado que foi enterrado e esquecido; em relação ao Valongo, essa região tem relevância não só histórica, mas também cultural e simbólica para a população afrodescendente: “com certeza são as sociedades que decidem o que elas querem lembrar e o

que elas preferem esquecer. Porém, essas decisões são sempre tomadas sem a participação dos que estão à margem, justamente aqueles que em geral, são esquecidos.” (2013, p. 181)

No que diz respeito ao legado cultural, durante as escavações foram encontrados objetos de uso pessoal e ligados a práticas religiosas e diversos tipos amuletos que pertenciam aos escravizados e às classes dominantes. São brincos e pulseiras de cobre, cachimbos de cerâmica, anéis de metal e de fibras vegetais, moedas de cobre, cristais de quartzo, âmbar, centenas de búzios e milhares de outros artefatos.

Sem condições de escrever a sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas. (LIMA, 2013, p. 186)

Para a arqueóloga, são enaltecidos o aspecto histórico e cultural dos resquícios encontrados e na descoberta do Valongo. Além desse olhar, revela-se comumente fundamental, o reconhecimento da ancestralidade e memória de povos africanos no Brasil. A memória preservada de nossa cultura está presente nos objetos resgatados durante as escavações, conforme a foto 4 a seguir.

Foto 4 – Objetos encontrados na região do Cais do Valongo



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40554059>

Mônica Lima, em entrevista ao site *Por Dentro da África*, aponta a ligação da cidade do Rio de Janeiro com o desembarque de navios negreiros<sup>5</sup>:

O Rio foi a cidade mais atlântica do mundo. Essas pessoas deixaram a memória viva do que foi a escravidão. Desta maneira, nós denominamos isso como memória sensível, um conceito que trabalhamos em outras regiões do mundo, como os campos de concentração do holocausto (na Alemanha) e a Robben Island (a ilha onde Mandela ficou preso por 18 anos).

Ao refletir acerca da cultura negra e no que concerne à “democracia racial” no Brasil, conforme apresentada anteriormente e desconstruída por Abdias Nascimento (2019), há uma mistificação em torno da sobrevivência da cultura africana em que se postula que

a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagens, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros “brancos”. (2019, p. 66)

A presença das manifestações culturais e religiosas do povo africano é inscrita num contexto de resistência e sobrevivência por parte dos indivíduos negros que a preservaram e mantiveram suas origens frente às imposições de práticas eurocêntricas. Tal mecanismo é utilizado como marca de um suposto “antirracismo” brasileiro que vigora até os dias atuais.

Abdias Nascimento analisa que a manutenção de tais manifestações são “apenas resultados diretos dos mecanismos de controle social exercidos pelos senhores sobre seus escravos.” (2019, p. 68). O que se observa, no entanto, é um movimento de “dentro para fora” em que os agentes se mobilizaram ao longo dos anos a fim de não permitirem o apagamento delas.

A fim de elucidar os dispositivos de controle referidos por Abdias Nascimento, relaciona-se o caminho apontado pelo sociólogo Pierre Bourdieu em *A dominação masculina* (2016) no que diz respeito à violência simbólica sofrida por mulheres e grupos minoritários, tendo em vista a regulação patriarcal em que estão inseridos. O autor afirma que a violência simbólica

se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/videos/o-valongo-foi-o-maior-ponto-de-desembarque-de-africanos-escravizados-diz-milton-guran>. Acesso em julho de 2020.

conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, **quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto.** (2016, p. 56, grifo meu)

A relação de dominado *versus* dominante no presente trabalho inscreve-se no tocante à lógica racial predominante no período da escravidão e com cicatrizes até o momento atual, quando podemos observar a permanência de uma lógica racista que advoga a “superioridade” branca em detrimento da “inferioridade” negra. Ademais, ao falar da posição da mulher negra na sociedade, principalmente no referido momento, tendo em vista que o romance de Eliana Alves Cruz apresenta uma (sobre)vida de Muana, é analisar que a protagonista sofre tripla discriminação (de classe, de gênero e de raça), consoante elucidado nesta pesquisa.

Diante desse cenário de dominação, a simbiose histórico-literária configura-se como um artifício de compreensão acerca do que está presente no romance *O Crime do Cais do Valongo*, na medida em que a cultura e o legado afrodescendentes se materializam em forma de narrativa. O leitor se depara com um romance que revive um nefasto momento de nossa história pelo olhar do, até então, subordinado. Rememorar esse ponto de vista nos permite refletir sobre as práticas discriminatórias que persistem na sociedade.

Nesse âmbito, a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2008) aponta a representação ainda ínfima de escritores e personagens negros na literatura brasileira contemporânea, mas também reforça a ideia do papel do autor ao referenciar (ou não) diversas representações sociais em suas obras:

ao manusear as representações sociais, o autor pode, de forma esquemática: (a) incorporar essas representações, reproduzindo-as de maneira acrítica; (b) descrevê-las, com o intuito de evidenciar seu caráter social, ou seja, de construção; (c) **colocar essas representações em choque diante de nossos olhos, exigindo o nosso posicionamento – mostrando que nossa adesão, ou nossa recusa, que nossa reação diante delas nos implica, uma que fala sobre o modo como vemos o mundo, e nos vemos nele, sobre como se dá nossa intervenção na realidade, e as consequências de nossos atos.** (2008, p. 106, grifo meu)

Eliana Alves Cruz proporciona a representação social do povo afrodescendente por meio da descrição em destaque proposta por Regina Dalcastagnè ao apresentar ao leitor uma narrativa de suspense, analisada como pano de fundo para a trajetória de Muana ser

evidenciada no cenário histórico e que em 2017 recebeu o título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco: o Cais do Valongo.

A relevância da região na cidade do Rio de Janeiro é atribuída a fatores sociais, históricos e culturais, e seu reconhecimento para o mundo é um indicativo de que não se trata “apenas de um cais de pedra secular, mas da importância de dar visibilidade à trajetória sofrida dos povos africanos e afrodescendentes na história mundial moderna.” (SOARES, 2018, p. 425).

A historiadora Mônica Lima nos apresenta que

No caminho desde a escravização até a chegada ao Novo Mundo, os cativos foram criando novos significados a partir de sua herança imaterial e constituindo novas realidades culturais. Na travessia, novos laços se faziam – surgiam os malungos, companheiros de embarcação, laço coletivo de uma experiência dolorosa comum. Criaram, construíram e transformaram o continente, por sua própria iniciativa ou em resposta às relações de poder que com eles eram estabelecidas. (2016, p. 153)

No tocante à presença da cultura africana na sociedade brasileira, no período da colônia os negros trazidos pra cá eram maioria na população, o que revela um aspecto importante sobre a dominação cultural, pontuada por Abdias Nascimento que “as culturas africanas chegaram ao Brasil com a própria fundação da colônia, e pela força dos números – os africanos eram majoritários – elas eram as culturas dominantes.” (2019, p. 130).

O autor indica ainda que a dominação sofrida não só pelos africanos, mas também pelos indígenas passou por várias técnicas ao longo dos anos “variando desde o mero uso das armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama *assimilação*, outra hora *aculturação* ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante.” (2019, p. 131).

Pelas ruas do Valongo, escravizados foram comercializados, como se pode observar nos anúncios em jornais da época. Ademais, pelas vielas e becos da região também circularam escravizados em tentativas de fuga e movimentações de rebelião e resistência. A maior parte dos periódicos da época está digitalizada e pode ser encontrada no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional, como os seguintes: “Achados. A quem faltarem dois negros de estatura ordinária dirija-se á rua do Valongo nº 44”.<sup>6</sup>

Vende-se para fora da terra hum preto, por nome Francisco nação Monjollo, trabalha de carpinteiro da ribeira e obra branca, he moço, robusto e sadio; quem o pertender pode dirigir-se a prizão do Callabouço para o ver, e a praia de Valongo nº 57 para tratar do ajuste<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Diário do Rio de Janeiro, 15 de junho de 1821.

<sup>7</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de outubro de 1827.

Vende-se huma escrava crioula ainda moça com boa figura e habil para todo o serviço domestico quem a quiser comprar dirija-se á praia do Valongo á caza em que morou Bernardo Lourenço Vianna: cozinha bem, coze, engoma, e lava bem roupa e faz renda<sup>8</sup>.

No dia 2 de outubro do presente anno fugio hum escravo por nome José de Nação Congo, idade pouco ou mais ou menos de 26 annos: tem estatura ordinária, grosso, mal feito de pés, sem dentes e com algumas verrugas na cara, o seu trajo he hum chapeo velho de palha, jaqueta azul, camisa de algodão, e calças compridas do mesmo: quem dele souber ou o apanhar o poderá levar a seu dono na rua do Valongo n° 27 lado direito, que receberá boas alviçaras<sup>9</sup>.

Anúncios como os transcritos acima evidenciam que na rua do Valongo, além do comércio de escravizados, havia uma circulação grande e preocupação por parte dos senhores com seus escravizados fugitivos. O segundo anúncio, ao mencionar a casa em que morou Bernardo Lourenço Vianna, é possível estabelecer um paralelo entre ficção e realidade: o passado, a história e o presente que está cada vez mais latente estão inseridos na obra de Eliana Alves Cruz.

Pensar em reconhecimento e preservação de bens materiais e imateriais tem ligação direta com a valorização de nosso passado e de todos aqueles que vieram antes de nós, aqui viveram e lutaram em busca de liberdade e condições menos desiguais. O Cais do Valongo encontra-se enquanto patrimônio mundialmente reconhecido, mas que ainda não tem o devido olhar atento pela própria população brasileira, em um processo de negação de sua própria cultura e origem.

### **3.2 A importância da “pequena África” e a representação da região do Valongo no romance de Eliana Alves Cruz**

A Prefeitura do Rio de Janeiro criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na região portuária da cidade em decorrência das obras de escavação que ocorreram em 2011, tendo sido também motivada pelo Decreto Municipal 34.803 do mesmo ano, que implementava a criação do Circuito Histórico incluindo os espaços: Centro Cultural José Bonifácio; Cemitério dos Pretos Novos; Cais do Valongo e da Imperatriz; Jardins do Valongo; Largo do Depósito e Pedra do Sal, conforme apresentado na figura 1 a seguir.

---

8 Diário do Rio de Janeiro, 3 de julho de 1821.

9 Diário do Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1821.

Figura 1 – mapa do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana



Fonte: [www.portomaravilha.com.br/circuito](http://www.portomaravilha.com.br/circuito)

No tocante aos locais a serem valorizados pela criação do Circuito<sup>10</sup>, que receberam sinalização e ações para ampliar e estimular as visitas guiadas e atividades de divulgação, por exemplo, indicam que:

cada um dos pontos indicados pelo decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias.

A região do Valongo e seu entorno, conhecida como Pequena África, tem reconhecimento e é apresentada por alguns autores, como o cronista João do Rio, que no século XX evidenciou a população negra, marcada entre cativos e descendentes, mesmo após o final do tráfico escravista que ocorria na cidade.

<sup>10</sup> Ver <https://www.portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em julho de 2020.



Carmen Teresa Gabriel observa, acerca da narrativa histórica produzida como processo de identificação que se relaciona com o apagamento simbólico material e imaterial em torno do Valongo:

Nessa perspectiva, a narrativa histórica – como estrutura temporal que organiza a dispersão de nossas experiências – é intensamente mobilizada nas políticas de identidade e de diferença por meio de dispositivos variados que acionam memórias, produzem silêncios, lembranças e esquecimentos. Nos processos de identificação, passados são escolhidos, registrados, arquivados, reativados, transmitidos para reatualizar tradições inventadas e comunidades nacionais imaginadas. Nesse mesmo movimento, um outro no tempo e no espaço é produzido, seja como exemplo a ser seguido, seja com meta a ser atingida – ou seja até mesmo como um antagonista das identidades narrativas que se quer reafirmar. (2015, p. 39)

A narrativa histórica mencionada pela historiadora se relaciona com o patrimônio de mais 200 anos e com as tradições, crenças e culturas que desembarcaram no cais na cidade. O mesmo foi descoberto pelo trabalho conjunto de arqueólogos, historiadores e lideranças religiosas e africanas a fim de fazerem jus a um local que estava somente registrado em documentos viesse em direção à preservação.

Relativo ao local conhecido como *Pequena África*, como pode ser visto na figura 2 a seguir que ilustra a dimensão do local histórico na cidade:

Figura 2 – Mapa da Pequena África



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protexao-da-lei-23694595>

No tocante à região, há algumas manifestações religiosas e culturais notáveis quando se pensa no legado da *Pequena África*, a saber: além das rodas de samba que ocorrem hoje na Pedra do Sal, datas comemorativas da comunidade negra são celebradas no local. Ademais,

se leva em frente a luta pela demarcação de um quilombo urbano de características únicas, que se relacionam estreitamente com a história da região como um lugar em que a escravização de africanos se operava comercialmente e as mais diferentes formas de luta por espaços de liberdade foram surgindo e interagindo. (LIMA, 2016, p. 157)

O cais do Valongo como memória viva e material da escravidão, assim como toda a região da *Pequena África*, propiciam o pertencimento religioso e cultural do povo africano que foi resgatado em 2011 e, por meio de um trabalho contínuo persistente de “dentro pra fora”, faz-se possível o não esquecimento e apagamento concreto e simbólico desse período.

As manifestações religiosas que ocorriam na região do Valongo, “em casas de famílias negras, muitas vezes chefiadas por mulheres, tambores noturnos acompanhavam as celebrações religiosas em que deuses de origem africana assumiam novas roupagens na diáspora carioca.” (LIMA, 2016, p. 158).

Acerca do pertencimento religioso, Carmen Teixeira da Conceição – Tia Carmen – conta a Roberto Moura que estava escrevendo um livro sobre a Tia Ciata e a região da Pequena África:

Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam na África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. [...] Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. (MOURA, 1983)

As regiões da Pedra do Sal, do Jardim Suspenso do Valongo e do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos, que compõem o Circuito Histórico da Pequena África, podem ser vistas nas fotos 5, 6 e 7, respectivamente.

Foto 5 – Jardim Suspenso do Valongo



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protecao-da-lei-23694595>

Foto 6 – Pedra do Sal



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protecao-da-lei-23694595>

Foto 7 – Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protexao-da-lei-23694595>

Em *O Crime do Cais do Valongo* (2018a), as referências ao cais e ao seu entorno ocorrem nos momentos da narrativa em que Muana sai pelas ruas a mando de seu “senhor”, Bernardo Lourenço Vianna, que era um negociante na região do Valongo, e quando levava alguns anúncios dos negócios de Bernardo para ser publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A *Gazeta* ficava no Passeio Público, no térreo da grande residência do ilustre Conde da Barca. Era um estirão a pé, pois a hospedaria do senhor Bernardo ficava na entrada da Rua do Valongo, à direita, no número 38, ao lado de uma loja de fazendas secas.

[...]

O Valongo não era nada bem-visto. Ficava um tanto fora da cidade, que tinha uma costa com muitas enseadas e ilhotas repletas de trapiches e escritórios. A enorme Pedra do Sal nos separava do resto. (CRUZ, 2018a, p. 14)

O romance relata a chegada da jovem e de outros escravizados à região portuária do Rio de Janeiro, assim como o horror vivido na travessia devido às condições insalubres a que eram submetidos: “O senhor Bernardo nos deixou lá ainda amarrados e retornou para o armazém, voltando bem mais tarde. [...] Os dois que vieram comigo vieram do armazém número sete não demoraram na Vale Longo. Ele caiu numa das muitas epidemias. Não teve sorte de ser vacinado.” (CRUZ, 2018a, p. 150).

A narradora-protagonista nos conta que suas atividades na hospedaria de Bernardo, detalhando não somente a rotina, como também com olhar atento para o que acontecia no local, tendo em vista que o comércio era bem visto na época e pela influência de seu “senhor”, o que poderia lhe beneficiar com alguma informação que conseguisse.

As boas refeições da hospedaria do ‘Vale Longo’ já eram conhecidas dos viajantes costumeiros. A cidade enchia a cada novo navio que fundeava sua âncora nas águas da Guanabara e o senhor Bernardo enriquecia com os réis de viajantes em busca de pouso, refeições ou as duas coisas juntas. Ele não falava em sair daquele lugar; afinal, sua fortuna se devia a sua proximidade dos negócios. Ali mesmo, no salão de refeições, fechava acordos com os donos de navios e com outros clientes, além de dar pouso a muita gente importante. (CRUZ, 2018a, p. 64)

No que diz respeito à rememoração da vida da jovem na hospedaria de Bernardo Vianna, ela apresenta para o leitor o cenário do noivado de seu “senhor”, descrevendo as roupas e características físicas da senhorinha Emerenciana. Ainda enfatiza um aspecto da hospedaria que tem relação direta com o comércio de escravizados na região:

Para atender sua recente posição de um dos mais ricos comerciantes da cidade, estava para mudar-se, mas não se desfazia da hospedaria Vale Longo, que cada vez necessitava ficar mais tempo com as janelas cerradas e com incensos de alecrim e ervas aromáticas por conta dos odores do Cemitério dos Pretos Novos. Comprou um palacete no Caminho de São Cristóvão, mas mantinha o lugar que era um entreposto tão importante em seus negócios. Também se decidiu por comprar na semana seguinte ao noivado um lote novo de escravos. (CRUZ, 2018a, p. 159)

O que nos foi apresentado por Muana é de grande valia para a análise dos aspectos estudados neste capítulo: a relevância do cais do Valongo para as relações comerciais vigentes que vigoraram até o final do século XIX baseadas nas práticas escravagistas. O “senhor” da jovem mantinha bons vínculos no local e sem nenhuma pretensão sairia daquele local, o que comprova o sucesso da associação dele com os donos de navios, lucrando de várias formas com a escravidão.

## CONCLUSÃO

A pesquisa em torno do romance de Eliana Alves Cruz tem estreita ligação com o meu processo de desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico, relatado brevemente no início deste trabalho. Um encantamento muito grande surgiu pela temática tendo em vista a minha mudança interna: essa nova perspectiva de “dentro para fora” é o fio condutor da narrativa apresentada até aqui.

O presente trabalho analisou a obra *O Crime do cais do Valongo* (2018a) de Eliana Alves Cruz, tendo em vista conceituações como diáspora africana, identidade, “escrevivência” e o elo entre literatura e história, a fim de enaltecer a figura feminina negra enquanto escritora e protagonista do romance.

Trazer uma mulher negra para os estudos literários contemporâneos é de fundamental relevância, já que as autoras negras ainda são minoria na literatura negro-brasileira. Somado a isso, um romance narrado por uma mulher negra escravizada tem dupla inscrição no cenário literário: a questão de gênero e de raça em uma história na qual essa personagem não tem sua vida contada pelo outro, apresentando-se enquanto uma jovem capturada em seu país de origem e trazida para terras estrangeiras para ter sua liberdade e direito cassados.

No cenário social, a personagem Muana inscreve-se sob uma lógica patriarcal e racista que a vê como mercadoria de um sistema econômico que lucrou durante séculos às custas de mão de obra explorada.

Considerando que a travessia dos negros africanos foi um processo doloroso por si mesmo, devido às condições adversas, insalubres e às doenças facilmente espalhadas nos porões dos navios, a narrativa de Eliana Alves Cruz dá luz à memória da narradora, às suas raízes em África e suas estratégias de sobrevivência em solo brasileiro.

A pesquisadora Regina Dalcastagnè elucida em sua pesquisa sobre a ausência de personagens negras na literatura nacional, enfatizando que “não é apenas um problema político, mas também um problema estético, uma vez que implica na redução da gama de possibilidades de representação.” (2008, p. 97).

No tocante ao romance em si, o que foi possível observar por meio das análises apresentadas no trabalho diz respeito ao papel da escrita feminina negra para a literatura negro-brasileira, ao poder da voz que narra ser uma mulher negra escravizada e ao enfoque

dado pela autora a questões que atravessam os corpos negros e que sobressaem apesar de tudo: suas histórias, vivências, culturas, tradições e costumes.

A autoria feminina do romance em questão e a voz de mulher negra nos relatando sua trajetória proporcionam uma quebra no paradigma literário vigente até o momento. Isso se dá também pelas autoras e autores referenciados no início da pesquisa, como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Cuti, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves, que marcam em suas obras uma mudança de perspectiva diante das condições impostas ao negro africano na sociedade brasileira – desde a escravidão até o pós-abolição.

A escrita de Eliana Alves Cruz em seus romances que foram citados aqui subverte a lógica de subalternização da mulher negra escravizada, submetida a uma lógica de tripla dominação, também sofrida pela escritora, enquanto mulher negra. Nesse sentido, a filósofa Sueli Carneiro nos lembra que:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. (CARNEIRO, s/d, p. 1)

Diante disso, acerca da literatura produzida por esses e outros tantos autores tão importantes quanto, aponta-se um caminho de ênfase em que “a diversidade na narrativa, além da importância estética, possui importância política. Graças a seu poder expressivo, a literatura pode permitir um acesso a diferentes perspectivas sociais, mais rico do que aquele que é oferecido, por exemplo, pelo discurso político em sentido estrito.” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 107-108).

O que observamos por meio da obra de Eliana Alves Cruz diz respeito à pesquisa de Regina Dalcastagnè, apresentada anteriormente neste trabalho, na medida em que a escritora e jornalista se inscreve no cenário literário brasileiro contemporâneo como uma das escritoras negras que marcam nossa literatura, em um divisor de águas, que ressignifica o postulado canônico preconizado até então.

Assim, o valor literário, histórico, cultural e arqueológico do trabalho feito por escritoras(es) é enfatizado pela escritora e poeta Miriam Alves:

Desde o período colonial, o trabalho dos afro-brasileiros se faz presente em praticamente todos os campos da atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. No caso da literatura, essa produção sofre, ao longo do tempo, impedimentos vários a sua divulgação, a começar pela própria materialização em livro. Quando não ficou inédita ou se perdeu nas prateleiras dos arquivos, circulou muitas vezes, de forma restrita, em pequenas edições ou suportes

alternativos. Em outros casos, existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e mesmo textuais, bem como da etnicidade africana em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população. (ALVES, 2010, p. 41)

Nos romances brevemente analisados na introdução deste trabalho, podemos perceber o que Miriam Alves enfatiza, em relação à literatura quando afirma o processo de branqueamento atingindo a população negra – autoras(es) e personagens.

O apagamento de nossa história e cor da pele é confirmado pelo número reduzido de autoras(es) que são reconhecidos na historiografia da literatura brasileira, em igual medida quando se observa a caracterização dadas às personagens dos romances brasileiros. O que ocorre em *O Crime do Cais do Valongo* e nas obras aqui reverenciadas, escritas por mulheres negras, é o movimento de ressignificar o papel do homem negro e da mulher negra, dando-lhes voz e vez de protagonistas.

O romance *O Crime do Cais do Valongo* (2018a) destaca a potência de uma narrativa feminina, desconstruindo estereótipos acerca da mulher negra escravizada e ressaltando a relevância da região do cais do Valongo, que nos dias atuais sofre com o descaso do poder público, devido à falta de manutenção e projetos de conservação<sup>11</sup>. A região da Pequena África também sofre com o descaso do poder público e as denúncias sobre o abandono podem ser vistas em uma matéria recente, disponibilizada no anexo 4.

A relevância histórica e cultural que diz respeito ao legado do povo africano em território brasileiro, destaca, dentre outros aspectos, o valor que precisamos conceder a nossa riqueza material e imaterial com base no evento histórico mais traumático do país. A ressignificação de sentido em torno da escravidão perpassa nas obras literárias e artísticas. Assim, o romance de Eliana Alves Cruz ganha o devido reconhecimento com a sua adaptação para audiovisual<sup>12</sup>, enaltecendo que não podemos negar e/ou esconder nossas raízes ancestrais.

Nossa ancestralidade não pode ser escondida, “empurrada para debaixo do tapete”, como se não fizesse parte de nós, assim como a história do povo brasileiro, que se deu com base na exploração e atravessamentos de milhares de corpos negros africanos e indígenas. Como apontado por meio da leitura do romance, a obra de ficção elucida aspectos reais dessa história que não pode ficar somente nos livros e que deve ser questionada pelo ponto de vista dos povos africanos, de nós negros e negras.

---

11 Conforme pode ser visto em matéria recente disponível no anexo B.

12 Como pode ser visto na matéria disponível no anexo C.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Cartografias contemporâneas - Espaço, corpo, escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- CÂNDIDO, Antônio. A revolução de 1930 e a cultura. In: CÂNDIDO, Antônio. *A educação pela pedra e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: jul. 2020.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977.
- COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Batista (org.). *Notas de história e cultura afro-brasileiras*. Ponta Grossa: UEPG/UFPR, 2007.
- CRUZ, Eliana Alves. *O crime do Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Malê, 2018a.
- CRUZ, Eliana Alves. *Água de Barrela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018b.
- CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- CLIFFORD, James. *Dilemas de la cultura: antropología, literatura y arte em la perspectiva pós-moderna*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Entre silêncios e estereótipos: relações racias na literatura brasileira contemporânea*. 2008.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2019 [1981].
- DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.
- DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999 [1903].
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2013 [1972].

FIGUEIREDO, Eurídice. *Construções de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói: EDUFF, 1998.

GABRIEL, Carmen Teresa. Jogos de tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. *História Hoje. Revista de História e Ensino*, Anpuh, v. 4, n. 8, 2015.

GILROY, PAUL. O Atlântico negro. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2019.

GOLDENBERG, David M. *The curse of ham – race and slavery in early judaism, christianity and islam*. [S.l.]: Princeton University Press, 2003.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Temas e Problemas da População Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Anpocs, 1984. p. 223-244.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? - mulheres negras e feminismo*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 [1981].

JESUS, Carolina Maria de. *O quarto de despejo – O diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de.. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP editora, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Monica. Caminhos da história africana e afro-brasileira: aulas de campo no cais do Valongo no ensino de história. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria e MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (org.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular, 1983.

NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 4. ed. São Paulo: Perspectivas, 2019.

OLIVEIRA, Alexsandro. Linguística & literatura: inter-relações. In: SOUZA, Adílio Júnior de; CARDOSO, Cícero Émerson do Nascimento; Lima, Marcos André Ferraz de (org.). *A ascensão do subalterno feminino no romance Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves*. João Pessoa: Ideia, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

SAFRAN, William. Diasporas in modern societies: myths of homeland and return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, Toronto, v. 1, n. 1, 1991.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *Escritoras negras contemporâneas: estudo de narrativas – Estados Unidos e Brasil*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALTERS, Wendy. *At home in diaspora: Black International writing*. Minnesota: The University of Minnesota Press, 2005.

## ANEXO A – Valongo nos dias atuais (2019)<sup>13</sup>

**Patrimônio mundial, Cais do Valongo recebe investimentos para ser museu a céu aberto**  
Local passará em julho por avaliação da Unesco que questionará o que vem sendo feito pela conservação do sítio histórico

RIO — Declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco em 2017, o Cais do Valongo iniciou nesta terça-feira a segunda fase do projeto de revitalização. O local receberá investimento de R\$ 2,1 milhões para instalar câmeras de segurança, iluminação cênica monumental e sinalização contando a história do antigo porto de desembarque de escravos — uma espécie de museu a céu aberto. A previsão é que estas melhorias sejam implementadas ao longo dos próximos doze meses, mas o prazo deve ser apressado. Local passará por avaliação, em julho, da Unesco — que questionará o que vem sendo feito pela conservação do sítio histórico.

— O Iphan acompanha e fiscaliza toda obra. Nossa obrigação legal é realizar esse acompanhamento e garantir a preservação — afirma a presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Kátia Bogéa, que complementa — Até dezembro temos que ter o projeto contratado, empenhado e assinado. A empresa então terá cerca de oito meses para executá-lo.

Primeira fase quase concluída

O Cais do Valongo está em obras desde fevereiro, quando teve início a primeira fase de revitalização. Enquanto a cerimônia era feita, arqueólogos realizavam o trabalho de limpeza das ruínas. Essa etapa tem conclusão prevista para novembro. Em novembro de 2018, o local recebeu um aporte financeiro de US\$ 500 mil (cerca de R\$ 2 milhões) proveniente da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil, com financiamento do Fundo dos Embaixadores dos EUA para Preservação Cultural.

[...]

O trabalho feito ao longo destes meses trouxe descobertas de pertences que recontam a História. Cerca de 1 milhão de objetos foram encontrados. O projeto inicial pretende que o Centro Cultural de Ação e Cidadania, em frente ao Cais, seja utilizado para expor parte dos itens, criando o Centro de Referência da Memória dos Povos Africanos. A promessa é cobrada por Adriana Martins, representante da Comissão Pequena África do Rio.

— Dos onze sítios sensíveis do mundo, o Cais do Valongo é um deles. Para que a comunidade nunca esqueça o que foi a escravidão. Conservar as ruínas daqui é um ato de preservar a história para humanidade. Queremos a criação do Centro — diz Adriana.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/patrimonio-mundial-cais-do-valongo-recebe-investimentos-para-ser-museu-ceu-aberto-23954126>

**ANEXO B** – Descaso com a região do Valongo (2020)<sup>14</sup>

**Cais do Valongo, Patrimônio Mundial da Unesco, está alagado há dias**

Prefeitura do Rio diz que a bomba parou de funcionar e água começou a vazar e represar no local. Local foi a principal porta de entrada dos escravos no continente.

O Cais do Valongo, **Patrimônio Mundial da Unesco** e considerado o maior marco da escravidão, está com vazamento e acúmulo de água desde a semana passada.

Segundo a Prefeitura do Rio, uma bomba parou de funcionar e a água começou a vazar e represar no local. A Secretaria Municipal de Conservação informou que está atuando para solucionar o problema. Por volta das 8h, técnicos da prefeitura atuavam no local para tentar drenar a água.

O Cais do Valongo está na lista de 21 bens culturais e naturais que são patrimônio mundial no Brasil, como o Centro Histórico de Olinda, em Pernambuco, a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, e o Plano Piloto de Brasília.

O local foi descoberto em 2011, durante obras na Zona Portuária. O Cais do Valongo integra a lista dos 11 sítios considerados sensíveis, que remetem a episódios traumáticos e dolorosos da história, como Hiroshima, no Japão, Auschwitz, na Polônia, e Robben Island, na África do Sul, onde Nelson Mandela ficou preso.

---

14 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/22/cais-do-valongo-patrimonio-mundial-da-unesco-esta-alagado-ha-dias.ghtml>

**ANEXO C** – Reconhecimento do romance *O Crime do Cais do Valongo* e adaptação para audiovisual (2020)<sup>15</sup>

**Eliana Alves Cruz traça paralelos entre o Brasil do século XVIII e o atual em novo livro**

Autora de 'O crime do Cais do Valongo' aborda temas como racismo e delação premiada em 'Nada digo de ti, que em ti não veja'

[...]

— É sabido que o Brasil tem problemas com sua memória — diz a escritora. — É um país que não se orgulha de ter pertencimento africano e negro. Esse apagamento se dá desde o cabelo que se alisa até as fotos que jogamos fora. E, quanto mais se apaga, mais difícil vai ficando de refazer esses espaços.

[...]

Eliana está aproveitando a quarentena para trabalhar no roteiro da adaptação audiovisual de “O crime do Cais do Valongo” (os direitos foram negociados com a TV Zero) e escrever uma continuação de “Água de barreira”. Muitos anos atrás, ela leu “O tempo e o vento” e ficou intrigada com a falta de um equivalente negro da saga. Agora, ao preparar mais um livro sobre seus antepassados, ela está, de certa forma, continuando seu próprio épico sobre a diáspora africana.

— Não é possível que a literatura nacional ainda ignore a força histórica ancestral que formou a nação brasileira — diz a escritora. — Embaixo do enorme tapete chamado Brasil existe outro... Que mais histórias saiam do subsolo para as prateleiras e livrarias.

---

15 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/eliana-alves-cruz-traca-paralelos-entre-brasil-do-seculo-xviii-o-atual-em-novo-livro-24504301>

## ANEXO D – Abandono da região da Pequena África no Rio de Janeiro (2019)<sup>16</sup>

### **Circuito Pequena África no Rio sofre com poucos recursos e atenção**

Local reúne memórias históricas do período de escravidão no país

No mês da Consciência Negra, espaços de memória da presença africana no Rio de Janeiro enfrentam cenários distintos. Enquanto o Cais do Valongo - tombado como Patrimônio da Humanidade em 2017 - passa por revitalização, atrações do Circuito da Herança Africana, na zona portuária, região conhecida como Pequena África, esperam por apoio para manter as portas abertas.

O professor de História Flávio Henrique Cardoso, que promove aulas públicas para ensinar a história da região e da chegada dos africanos escravizados no país, lamenta a situação de abandono que alguns espaços se encontram. “Há alguns anos, você andava pela Pequena África e tudo era bem mais limpo, mais cuidado. O Jardim Suspenso do Valongo já está um pouco abandonado, tem locais sem luz, com calçamento solto. Falta manutenção. A região não está tendo atenção”, disse.

[...]

A presidente do IPN, Merced Guimarães dos Anjos, diz que o instituto nasceu para “contar a história daqueles que escaparam da escravidão dando suas vidas”. De acordo com ela, desde 2017 o local tem enfrentado dificuldade e só continua funcionando por abrigar cursos de pós-graduação *lato sensu* em parceria com a Universidade Santa Úrsula, com especializações em História da Cultura Africana e Afro-brasileira e em Turismo Cultural.

“A gente abre essas portas por causa desses dois cursos e de pessoas que fazem pequenas doações. A gente precisa de mil pessoas doando R\$ 10 por mês para manter aberto, mas a gente não conseguiu, só chegamos a 100 pessoas. O repasse da universidade está demorando porque eles também estão com problema. A gente precisa de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil por mês, sem contar os [gastos com] funcionários. Sem isso a gente vai ter que fechar”, alertou Merced.

Ela lembra que, desde a descoberta do sítio arqueológico, o trabalho de preservação da memória e herança africana dependeu de seus próprios esforços e do empenho da família e de amigos, já que o cemitério foi descoberto sob a casa dela, em uma obra iniciada em 1996.

“O que nos motivou foi o descaso. A gente encontra um cemitério, fica sabendo que era um cemitério de escravos, avisa a prefeitura. O pessoal veio, explicou que o cemitério estava perdido e era muito importante. Fizeram o recolhimento dos ossos e entulhos, proibiram a gente de continuar a obra, mas ficaram três anos sem fazer nada. A gente teve que sair da casa, pois estava começando a ceder por causa dos buracos nos alicerces”, lembrou.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/circuito-pequena-africa-no-rio-sofre-com-poucos-recursos-e-atencao>